

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
HISTÓRIA - LICENCIATURA

RAFAEL ELIZANDRO MATARUCO

LÊNIN: DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO À REVOLUÇÃO

Ribeirão Preto

2021

RAFAEL ELIZANDRO MATARUCO

LÊNIN: DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO À REVOLUÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita.

Ribeirão Preto

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

M376L

Mataruco, Rafael Elizandro

Lênin: do materialismo histórico-dialético à revolução/ Rafael Elizandro
Mataruco - Ribeirão Preto, 2021.

58p.

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dr. Felipe Ziotti Narita

1. Lênin 2. Teoria 3. Marxismo I. Narita, Felipe Ziotti II. Título

CDU 141.82

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸9878

RAFAEL ELIZANDRO MATARUCO

LÊNIN: DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO À REVOLUÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Rafael Cardoso de Mello
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Yuri Araujo Carvalho
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto
2021**

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho é social, inclusive o acadêmico. Sem uma base material que sustente essa realização, nada disso seria possível. Nesse sentido, cabe ao menos um agradecimento às pessoas que tornaram esse trabalho possível. Primeiramente, aos meus pais por terem garantido a viabilidade financeira do trabalho, sem eles não haveria condições de me manter no curso até seu momento de conclusão. Ao meu irmão pela consulta frequente e, boa parte das vezes involuntária, sobre passagens, ideias e desenvolvimento quanto à clareza dos capítulos. À minha ilustríssima namorada, senhorita Jaqueline Rodrigues da Silva, pelas opiniões sobre o trabalho, as motivações no decorrer de toda a produção, as conversas e até mesmo a falta de conversas, ou seja, a compreensão de que parte considerável do meu tempo foi tomada por tal tarefa. Aos amigos de curso que ajudaram compartilhando dicas, realizando discussões e ajudando na formatação do trabalho, mas principalmente pelas interações no decorrer do curso: os trabalhos em grupos e as conversas extra aulas que mesmo quando não serviam para desenvolvimento de nossos conhecimentos, serviam como válvula de escape às pressões das diversas obrigações que tivemos. Em especial, fica um agradecimento ao grupo dos cabeludos, mesmo para aqueles que não têm cabelo grande, uma excelente base de apoio para provas e trabalhos.

Um agradecimento aos que estiveram envolvidos diretamente com a produção desse trabalho. Ao orientador, professor Felipe Ziotti Narita, cujas revisões ajudaram a tornar o texto mais claro e compreensível e pela disponibilidade com a qual transformou em mito a recorrente piada do orientador sumido. Aos professores Rafael Cardoso de Mello e Yuri Araujo Carvalho por aceitarem compor a banca e lerem o trabalho.

Por fim, um agradecimento a todos que ajudaram de alguma forma em toda a trajetória no curso, em especial, aos funcionários e estagiários da Biblioteca Prof. Nicolau Dinamarco Spinelli, unidade central, por me aguentar com muita frequência escolhendo livros, em boa parte das vezes por mera curiosidade, fora os que eram base para aulas. Aos funcionários do espaço em anexo à biblioteca que, embora não pertencente ao Centro Universitário Barão de Mauá, foi palco de grandes debates e conversas que elevaram o nível geral de conhecimento de todos os envolvidos.

Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.

Lênin

RESUMO

O presente trabalho analisa a incorporação do método marxista nas análises teóricas de Lênin, considerando a noção de práxis como integradora entre a teoria e a prática, a fim de combater a imagem de que, em Lênin, a teoria estaria submetida à atuação prática. Para tanto, é feita uma breve apresentação das características principais do materialismo histórico-dialético, seguida de análise de duas obras do autor temporalmente redigidas em um intervalo de quase duas décadas. Diante das reflexões elaboradas, indica-se que uma compreensão mais apurada do método marxista é capaz de proporcionar uma leitura mais adequada da atuação de Lênin como teórico e político.

Palavras-chave: Lênin. Teoria. Marxismo. Materialismo histórico-dialético. Práxis.

ABSTRACT

This paper seeks to highlight the integration of the marxist method in Lenin's theoretical analyses, considering the notion of praxis as an integrator between theory and practice, in order to combat the image that in Lenin theory would be subject to practical action. Therefore, a brief presentation of the main characteristics of historical-dialectical materialism is made, followed by an analysis of two temporally spaced works by the author. In view of the elaborated reflections, it is indicated that a more refined understanding of the marxist method is capable of providing a more adequate reading of Lenin's performance as a theoretician and politician.

Keywords: Lenin. Theory. Marxism. Historical-dialectical materialism. Praxis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O MÉTODO MARXISTA.....	11
3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA.....	21
4 IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO.....	35
4.1 A teoria do imperialismo de Lênin.....	35
4.2 As mudanças que o imperialismo gerou na análise sobre a Rússia.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende destacar a incorporação do método marxista nas análises teóricas elaboradas por Lênin. Trata-se de uma discussão baseada na comparação da abordagem econômica do autor em dois momentos de seu desenvolvimento teórico, indicando os elementos fundamentais do método que o permitiram aprimorar sua visão a respeito do desenvolvimento capitalista em países periféricos mediante a percepção de novos elementos que emergiram da transformação social posta pela dinâmica capitalista na passagem do século XIX para o XX. Para tanto serão observadas duas fontes, livros que abordam sobretudo elementos econômicos, mas também com desdobramentos políticos, a saber: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) e *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917).

As obras foram escritas com o objetivo de dar uma explicação para as situações que a Rússia e o mundo passavam quando foram publicadas, bem como para servirem de base para um projeto político proposto ao movimento socialista e seus seguidores. Os trabalhos, portanto, carregam abertamente, além das análises, um discurso político. Essa característica é uma demonstração da posição defendida pelo autor de que deveria existir uma conexão entre a teoria e a prática política. Nesse sentido, a atuação política não foi secundarizada pelo autor, o qual acabou se tornando uma importante figura na história do século XX, tendo sido um dos principais dirigentes da Revolução Russa, cujas ideias deram origem a uma nova corrente do marxismo e cuja atuação foi de grande importância para os desdobramentos do processo de tomada e manutenção do poder pelo Partido Bolchevique nos primeiros anos da primeira experiência socialista duradoura da história.

Devido a seu papel político destacado, e apesar de seu apelo pela unidade da teoria com a prática, Lênin é comumente reduzido a um ator político. Sua teoria apareceria de forma secundária, apenas como uma produção voltada para legitimar as atividades políticas. Diante disso, sua teoria permanece pouco conhecida, o que resulta em dificuldades para uma melhor compreensão não apenas de seu papel, mas dos processos históricos nos quais esteve presente e sobre os quais escreveu. Para promover uma compreensão mais completa desses processos, torna-se necessário recuperar o papel de Lênin como teórico, razão pela qual optou-se por obras que contém análises mais estruturais da sociedade.

O arcabouço teórico-metodológico do qual se lança mão para a elaboração do presente trabalho é o próprio método marxista, considerado em seu caráter ontológico: portanto uma abordagem que leva em conta a totalidade da realidade. Nesse sentido, o método não é visto

como um conjunto de regras e práticas prontas que devem ser aplicadas ao estudo de qualquer objeto. As técnicas e os métodos específicos no estudo de um dado objeto são determinados pelas características do próprio objeto. Em nosso caso, o método que se impõe é a análise teórica das obras, buscando elucidar os principais elementos e interpretações da realidade presentes nelas e suas diferenças.

Devido à centralidade e à complexidade que o método marxista implica e sendo necessária sua compreensão para que seja possível elucidar as transformações no pensamento de Lênin, o primeiro capítulo será dedicado a uma apresentação dos elementos fundamentais dessa concepção de mundo, baseada sobretudo nas perspectivas de Marx e Engels e no apoio de leituras auxiliares que discutam o método em Marx.

O segundo capítulo dedica-se à exposição das teses expressas em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, precedida de uma contextualização do momento histórico e da situação social e econômica da Rússia, tal como breve histórico das forças políticas de esquerda que se desenvolveram durante o século XIX no país. Após isso, a apresentação segue as teses conforme expostas na própria obra, promovendo uma reflexão a respeito dos elementos da teoria marxista presentes na visão do autor.

O terceiro e último capítulo consiste na apresentação das teses expressas em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, apontando elementos da realidade social daquele momento e as influências teóricas que permitiram ao autor desenvolver sua tese do imperialismo. Por fim, ainda nesse capítulo, é feita uma discussão a respeito das características que se mantiveram e as mudanças no pensamento de Lênin entre uma obra e outra, bem como sua relação com o método marxista.

2 O MÉTODO MARXISTA

As reflexões elaboradas por Marx e Engels, desde a influência dos círculos hegelianos na Alemanha até suas inserções no movimento operário europeu, deram origem a uma importante corrente filosófica e política que ficou conhecida como marxismo. Tais pensadores elaboraram extensa teoria a respeito do desenvolvimento e funcionamento do sistema capitalista, bem como desenvolveram atividades políticas com fins de promover a superação desse sistema. A importância dessas teorias é atestada pela influência que exerceram no desenrolar da história do século XX, além da atualidade da principal obra de Marx, *O capital*, como fonte de estudos sobre o capitalismo.

Conjuntamente ao desenvolvimento de suas teorias, Marx e Engels, desenvolveram um método capaz de compreender a realidade e servir para a análise dos objetos aos quais se dedicaram. Para além das análises de acontecimentos de sua época, o método marxista provavelmente foi o principal legado desses autores, uma vez que, à medida que a realidade se transforma e as observações por eles feitas podem deixar de corresponder à realidade em dado momento, o método permite uma nova interpretação da realidade, portanto uma renovação constante das premissas teóricas.

Lênin foi um dos grandes teóricos marxistas após Marx e Engels. Considerando que ele parte do arcabouço metodológico de Marx para desenvolver suas análises, uma boa compreensão de suas obras e das mudanças existentes entre elas deve necessariamente passar por uma apresentação dos elementos fundamentais do método marxista, de modo que o presente capítulo é dedicado a esse tema.

De acordo com José Paulo Netto (2011), o método de Marx está intrinsecamente ligado à sua teoria. Isso significa que ele não foi desenvolvido a priori e depois aplicado em seus estudos, mas surgiu mediante as necessidades impostas por seu principal objeto de estudo: o capitalismo. Nesse sentido, conforme mais o autor se aproximou do objeto estudado e mais se apropriou de conhecimentos já elaborados é que seu método foi desenvolvido, logo podemos dizer tratar-se de um processo. Assim vemos a concepção de Marx ser exposta em diversas de suas obras, porém é em *A ideologia alemã* (escrito em torno de 1845, mas publicada pela primeira vez apenas 1932) que os elementos constituintes do método aparecerem expostos com maior clareza por tratar-se de uma polêmica com os jovens hegelianos.

De forma simplificada é possível dizer que o método marxista tem três origens fundamentais, a saber: a filosofia alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa.

Da filosofia alemã destaca-se a influência do pensamento filosófico de Hegel e do círculo dos jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda, grupo de pensadores que, a partir da filosofia de Hegel, teciam críticas à realidade social, sobretudo em questões religiosas. Marx e Engels chegaram a fazer parte desse círculo e através dessa experiência se apropriaram da dialética, elemento que cumpriria um caráter central no desenvolvimento do método marxista. Nesse mesmo ambiente, os autores também entraram em contato com a concepção materialista de mundo através de Feuerbach, outro elemento fundamental do método.

A França teve uma história bastante agitada politicamente no século XIX no que se refere a manifestações populares e movimentos de trabalhadores, sendo palco de muitas teorias críticas ao capitalismo que exerceram grande influência em Marx, sobretudo aquelas que ficaram conhecidas como socialismo utópico. A economia política inglesa completa o quadro fornecendo estudos sobre a economia capitalista que, lidos criticamente, contribuíram para o desenvolvimento das obras de Marx, destacando o aspecto econômico. Nesse caso, o interesse de Marx foi despertado por Engels, através de seu estudo sobre a situação da classe trabalhadora inglesa nos anos 1840. A partir desses elementos, os autores dedicaram-se ao estudo do sistema capitalista e sob essas bases foi desenvolvido o método de análise marxista.

O método marxista pode ser chamado de materialismo histórico-dialético. Julgamos um bom nome, na medida em que destaca seus elementos constituintes. Trata-se de um método bastante complexo: se por um lado isso faz dele bastante abrangente e com potencial de renovação, também o faz de difícil compreensão, especialmente seu elemento dialético, pois vai na contramão da lógica formal que observa a realidade como uma disposição de formas estáticas abstraídas da historicidade.

De acordo com Leandro Konder (1998), na filosofia grega antiga, dialética se referia a uma forma de se chegar à verdade através de um diálogo que explorava as contradições nas falas de com quem se debatia, a superação das contradições levaria a um conhecimento mais seguro. Vemos que, em sua forma mais básica, a dialética já englobava a ideia de contradição e certo dinamismo a partir de uma noção de superação dos contrários. Posteriormente o conceito de dialética passou a englobar a ideia de que a realidade está em constante transformação devido à ação de forças antagônicas da natureza, por exemplo, forças de vida e morte atuam constantemente em um corpo humano, na medida em que estamos criando novas células de forma a manter a vida, muitas outras estão morrendo e, mesmo que não percebamos à primeira vista, estamos nos transformando constantemente. Essa concepção de dialética já estava presente na Grécia Antiga, especialmente na figura de Heráclito, conforme podemos ver na seguinte passagem:

Nos fragmentos deixados por Heráclito, pode-se ler que tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas. Lê-se também que vida ou morte, sono ou vigília, juventude ou velhice são realidades que se transformam umas nas outras. O fragmento nº 91, em especial, tornou-se famoso: nele se lê que um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por que? Porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio (ambos terão mudado) (KONDER, 1998, p. 8).

O reconhecimento de forças contraditórias, a noção de constante transformação e a ideia do devir já estavam presentes nas noções antigas da dialética, mas é muitos séculos depois, com Hegel, que ela ganhará uma forma mais moderna, a partir da qual desenvolverá uma maneira de interpretar a história humana, que por fim será apropriada por Marx.

Podemos pensar o processo básico da dialética como uma oposição de ideias, onde uma ideia já estabelecida e dominante (tese) é contraposta a uma ideia que a negue (antítese) e desse embate gerem uma nova ideia (síntese). Esse processo pode ser entendido como uma supressão (*aufheben*) e resulta numa síntese que não é nem tese, nem a antítese, vencedoras do embate, mas uma nova ideia que carrega em si os elementos de ambas anteriores. A supressão é um processo no qual ao mesmo tempo se conserva, destrói e supera uma ideia. Tanto a tese quanto a antítese seriam conservadas seus elementos mais essenciais, e que fazem sentido em uma determinada realidade; ao mesmo tempo, ambas são destruídas da forma como existiam anteriormente e se superam em uma nova forma.

É importante destacar a importância que o trabalho toma já na dialética hegeliana. Para Hegel, o trabalho permitiu ao ser humano certa independência da natureza. Ao contrário de um animal, que segue seus instintos naturais e depende diretamente da natureza para sobreviver, o trabalho permite ao homem uma emancipação parcial, onde ele molda, dentro de certos limites, a realidade na qual vive. Podemos citar a importância e as possibilidades suscitadas pela Revolução Agrícola em nossa história como um exemplo de como o trabalho abriu novas possibilidades para a humanidade. Isso não significa dizer que o homem superou totalmente a natureza ou que deixou de ser parte dela, mas conseguiu condições de se planejar, dispor melhor de seu tempo e conseqüentemente desenvolver uma história.

Através do trabalho, a história humana pode ser dialeticamente analisada. Ela é uma sequência de supressões, de sínteses que geram novas realidades nas quais surgem novas contradições e assim o processo avança, sendo a contradição o impulsionador desse processo. A contradição, em vez de bloqueio do pensamento, torna-se o motor do desenvolvimento. Hegel é um autor idealista, mas isso não significa que ele desconsidere a realidade material. Tanto a materialidade quanto as ideias existem e são transformadas no

decorrer da história; contudo dá uma primazia as ideias, ou seja, do processo de racionalização. É o desenvolvimento das ideias e o surgimento de novas ideias que tornam a humanidade apta a transformar sua realidade material através do trabalho, promovendo assim um desenvolvimento social.

A história que Hegel enxerga através do Espírito Absoluto será interpretada por um viés materialista por Marx, que assim tomará a dialética do pensamento hegeliano, sustentando-a em novas bases. Em sua concepção, tanto as ideias como a realidade material existem e influenciam na realidade e no desenvolvimento da história humana. Marx, contudo, admite uma primazia da materialidade. Nos termos escritos junto a Engels em 1845, ele afirma que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Ao fazerem suas críticas aos jovens hegelianos, que, cada um a seu modo, herdaram a concepção idealista de Hegel da história, Marx e Engels desenvolvem sua visão materialista. No capítulo de *A ideologia alemã* dedicado a Feuerbach tal formulação aparece com maior clareza e tem seus princípios demonstrados.

Feuerbach era um autor materialista, mas conforme indicam Marx e Engels seu materialismo não ultrapassava um nível de contemplação da natureza, da realidade sensível imediata, um materialismo que não reconhecia o caráter histórico de tal realidade. Ao tratar da história, Feuerbach se utilizava de conceitos como “o homem” ou “a consciência humana” de forma abstrata, como se fossem exteriores à realidade material e a seus criadores, do que resulta que “na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história ele não é materialista” (MARX; ENGELS, 2007, p. 32). Em contraposição a isto, os autores formulam as bases nas quais a história humana poderia ser realmente compreendida:

Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos [*Voraussetzungslosen*], devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Sem esse pressuposto não existe base para a história se desenvolver e traçar quaisquer processos de desenvolvimento. Desconsiderar esse aspecto seria mero idealismo, ou seja, teorias sem base na realidade e, portanto, incapazes de compreendê-la ou explicá-la. O trabalho, os meios de produção e a organização social no entorno da produção assumem importância no pensamento marxista não apenas por seu caráter material, mas porque, à medida que o trabalho transforma a realidade material, cria-se a condição para o desenvolvimento da história.

A existência humana é então primeiramente condicionada por uma determinada realidade material, a princípio natural, de onde os homens tiram os elementos básicos de sua sobrevivência. Ao fazê-lo, o homem está transformando a própria realidade material, ao produzir ferramentas, métodos de produção, meios de sua sobrevivência através do trabalho e criação de novas necessidades. Finalmente essas formas de trabalho, de produção e reprodução social engendram relações sociais entre os homens: em um primeiro momento no âmbito da família, aqui entendida como uma família concreta, historicamente determinada e que em outras condições estaria passível de mudança, e não um conceito fixo que paira sobre toda a história humana.

Todo esse processo se desenrola simultaneamente na história. As relações sociais, a princípio familiares, tornam-se mais extensas e complexas com um crescimento populacional. A produção e a reprodução da vida exigem, portanto, um certo nível de organização do trabalho coletivo dos homens, estejam eles circunscritos à família ou componham uma tribo ou cidade, de maneira que

[...] um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” – que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elabora sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Finalmente é possível pensar em uma consciência, mas não como um conceito ideal abstrato, mas como derivado dessa dada realidade material. A linguagem é apontada por Marx e Engels como uma das primeiras manifestações da consciência, oriunda da necessidade de comunicação entre os homens. De acordo com Marx e Engels (2007), a consciência surge primeiramente como consciência sensível, uma percepção de si e das coisas exteriores a si. Posteriormente ela se desenvolve para uma consciência que reconhece a necessidade de associação com outros homens, mas só diante de um aumento da produção e da divisão do trabalho que ela pode se tornar mais autônoma. A divisão do trabalho surge das relações e das

necessidades produtivas dos homens, sendo parte de uma divisão “natural” baseada na força corporal ou elementos de acaso e necessidade, e por fim alcança um ponto de importância quando se constitui na divisão do trabalho material e espiritual, ou seja, quando se atinge certo nível de produtividade que permita aos homens se dividirem entre aqueles que trabalham na produção de alimentos e atendimento das necessidades básicas e aqueles que se dedicam ao planejamento e gerenciamento dessa atividade, ou até mesmo ao simples pensamento. Nesse momento é que a consciência pode se “autonomizar”, podendo refletir sobre si mesma de forma “pura”, aparentemente descolada da atividade produtiva imediata.

A consciência e as ideias puras “autonomizadas” da realidade produtiva, convertem-se em ideologia, pois, ainda que possam não se reconhecerem assim, são oriundas de uma realidade material da qual algumas pessoas dispõem de tempo e possibilidades para se dedicarem a suas elaborações e reflexões. Não é de se surpreender se tais elaborações entrarem em contradição com as relações sociais, pois:

[...] com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supracumida [*aufgehoben*] (MARX; ENGELS, 2007, p. 36).

Nesse sentido está posta, apesar da contradição de interesses, o domínio ideológico de grupos preponderantes em uma determinada sociedade, na medida em que eles dispõem dos melhores meios de divulgarem sua ideologia como uma visão naturalizada da realidade, conforme advoga a seguinte passagem:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Conforme afirmam Marx e Engels, a divisão do trabalho, oriunda de uma divisão “natural” do trabalho nas famílias, promove uma divisão desigual do trabalho e seus produtos, do que resulta o surgimento da propriedade. A primeira manifestação da propriedade está já na família, onde a mulher e os filhos assumem a posição escravos do homem. A divisão do trabalho ainda gera uma contradição entre os indivíduos e os interesses do coletivo, além de ocasionar uma alienação do trabalho derivada do fato de que uma vez que se estabeleça em uma determinada função na divisão do trabalho, o indivíduo se vê obrigado a permanecer nela

para atender uma demanda coletiva e dispor do suficiente para sobreviver; nesse sentido, o desenvolvimento produtivo parece cada vez mais autônomo, fora do controle dos indivíduos que estão nele inseridos.

O desenvolvimento da propriedade, dos meios de produção e das relações sociais durante a história é abordado em *A ideologia alemã*, mas o essencial para a compreensão do método está nesses elementos já mencionados que constituem a concepção materialista da história. Resumindo o materialismo, poderíamos dizer que se trata da concepção de que a realidade material é anterior e a base a partir de onde surgem as ideias, assim um determinado local, diante de determinadas formas de produção engendram relações sociais das quais resultam certos elementos culturais. De tal concepção deriva, no marxismo, a relação entre infraestrutura e superestrutura da sociedade, sendo a primeira referente à realidade material, em especial ao modo de produção, que determina a base para a sobrevivência humana, enquanto a superestrutura corresponde às formas políticas, jurídicas, religiosas e culturais de uma sociedade. Em última instância, os elementos infraestruturais são mais preponderantes na consolidação ou transformação dos elementos superestruturais.

Essa concepção materialista da realidade permite verificar uma relação entre as formas políticas, culturais e econômicas. Disso são derivados diversos conceitos políticos do marxismo, como o Estado, oriundo da divisão da sociedade em classes antagônicas como instrumento de dominação de uma classe sobre outra. O materialismo presente no método de Marx é histórico: isso significa dizer que a realidade material não surgiu do nada, sequer é estática, ela é em grande medida herdada das condições deixadas pelas gerações anteriores. As realidades materiais estão em constante transformação: quando uma comunidade humana passa a viver em uma região, ela está submetida a determinadas condições materiais, a princípio naturais. Conforme esse grupo passa a produzir, através do trabalho transforma aquela realidade, ele cria uma nova materialidade que impõe outras condições de vida e por sua vez podem ensejar novas mudanças e assim sucessivamente. A cada condição corresponde uma forma política. Embora as transformações materiais nem sempre signifiquem uma mudança cabal nas ideias presentes em uma sociedade, as permanências também fazem parte da história.

Dessa forma a relação entre infraestrutura e superestrutura, tal como a concepção materialista, não deve ser interpretada como um economicismo ou um determinismo econômico. É preciso sempre considerar o elemento dialético do método, ou seja, a noção de que todos os elementos presentes em uma realidade social estão em constante transformação,

além de influenciarem-se mutuamente. Isso serve tanto para os elementos materiais como culturais ou do espírito.

Ainda que a base material seja, em última instância, a fonte do surgimento das ideias, uma vez que elas surgem assumem importante papel na ordenação da sociedade e atuam ativamente na transformação, inclusive material, da sociedade, elas passam a fazer parte da história. As ideias então influenciam e são influenciadas pela realidade material, atuam como potencializadoras ou barreiras para o desenvolvimento dos meios de produção, chocam-se com eles e também com outras ideias. As formas produtivas, os interesses dos grupos sociais junto à produção e os interesses políticos de segmentos sociais derivados da realidade concreta em que surgiram chocam-se todos em um turbilhão de contradições a partir do qual a história se desenvolve. A própria base material, sendo histórica, está sob a influência de ideias pretéritas e de seu choque com as novas as quais engendrou.

Portanto, o materialismo histórico-dialético reconhece que os homens fazem sua história mediante as condições que encontram, mas podem transformá-las. É nesse sentido que Marx e Engels, rejeitando o idealismo, afirmam que:

[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

O método de Marx, o qual entendemos por materialismo histórico-dialético, desenvolvido e aprimorado conjuntamente com sua teoria, fornece uma forma de se compreender a realidade da forma mais real possível e tem como objetivo balizar uma atuação política. A perspectiva marxista enxerga o proletariado como uma classe potencialmente revolucionária, que por suas próprias condições poderia empreender a libertação da humanidade e a superação da alienação do trabalho. Contudo, ela se encontra imersa na sociedade burguesa, onde sua classe dominante exerce um domínio político e ideológico, sendo, portanto, necessária a atuação efetiva dos comunistas para estimular o desenvolvimento da consciência de classe. Nesse sentido foi feito o esforço de se elaborar o *Manifesto do Partido Comunista* em 1848 no auge de um ciclo de revoltas espalhadas por importantes cidades. Tal perspectiva está expressa na tese 11 sobre Feuerbach, a qual diz “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Lênin, tal como fizeram Marx e Engels, tomou essa

noção muito a sério, razão pela qual a quase totalidade de seus escritos aborda temas que resultam em tomadas de posições ou estavam envoltos em disputas políticas.

Objetivamente uma pesquisa que pretenda compreender a realidade de uma sociedade e se baseie no método marxista deve ser capaz de demonstrar “a conexão entre a estrutura social e a produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). É o que Lênin buscou fazer em ambas as obras selecionadas, fazendo uso do método e do arcabouço teórico marxista ao empreender a coleta e a interpretação de dados que permitam compreender a produção dos locais e períodos estudados, de onde derivam as conexões estabelecidas entre essa produção e as formas políticas e culturais correspondentes, tanto para a Rússia ainda no século XIX quanto na observação das tendências antidemocráticas geradas pelo imperialismo.

É importante ainda pontuar que o método marxista assume um caráter ontológico, ou seja, contém uma teoria do ser, não de forma abstrata, mas do ser em sua dimensão social. Isso significa dizer que o ser não é anterior à sociedade, tampouco é mero fruto dela. O ser existe na sociedade, na realidade concreta e, tal como ela, é passível de mudança, de transformação. É justamente nessa concepção ontológica que se assenta o materialismo histórico-dialético: o materialismo é uma negativa da abstração do ser para fora da realidade na qual existe, uma afirmação do ser, do homem em seu contexto, como parte de uma totalidade. O caráter dialético refere-se às influências que o ser e a realidade material estabelecem entre si, as quais acontecem ao mesmo tempo e constantemente, portanto ambos existem em conjunto, nenhum é reflexo do outro. A primazia da realidade material reduz-se ao pressuposto de que os homens precisam existir e existem em um lugar, mas, uma vez existindo, passam à transformação dessa realidade e constituem a história. A partir desse momento não se pode mais falar em determinações naturais, pois mesmo o que é natural na vida passa já a ser também social e determina o homem tanto quanto é por ele determinado. O histórico corresponde à noção de processo, no qual tais influências se desenvolvem e transformam gerando novas formações econômicas, culturais, políticas, etc.

Portanto, o método de Marx é ao mesmo tempo método e teoria. A forma concreta com que se deve abordar um objeto é um problema a ser resolvido concretamente na aproximação, na abordagem do objeto. Conforme José Paulo Netto, o interesse de Marx “não incidia sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real e determinado’” (NETTO, 2011, p. 27). Conhecer “um objeto real e determinado” passa pelo reconhecimento do ser em sua totalidade, em seu contexto, em sua realidade, de forma que praticamente quaisquer elementos da realidade, qualquer objeto ou teoria, pode ser compreendida e servir à elaboração de uma pesquisa ao ser tratada criticamente, ou seja,

passar pelo clivo do materialismo histórico-dialético. É assim que Lênin pôde apropriar-se de relatos escritos e mesmo pesquisas da dita ciência burguesa para compreender a realidade que estava estudando, por isso pôde também partir dos elementos presente em *O capital* e avançar a uma análise para o capitalismo em países periféricos como a Rússia, o que não se resumia a esperar a repetição do que foi observado por Marx para a Inglaterra, por exemplo.

Essa breve e imperfeita apresentação de alguns elementos do método de Marx, que julgamos elementares para a compreensão desse trabalho, não tem como fins esgotar a discussão, a qual é longa e demanda leituras suplementares para que seja bem-feita. Buscou-se apenas esclarecer um pouco a questão teórica/metodológica em torno do marxismo de forma a tornar mais compreensível as reflexões de Lênin e os apontamentos feitos a respeito delas, com vias de evitar sobretudo a impressão de tratarem-se de perspectivas deterministas e economicistas que desconsideram elementos culturais na análise da sociedade. Pelo caráter das obras de Lênin, o foco recai sobre os aspectos econômicos e políticos, mas a falta de enfoque não deve significar automaticamente que os elementos culturais, as ideias e a consciência são tratados como meros espelhos de uma base econômica e carecem de importância.

3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA

Uma das grandes obras da extensa produção de Lênin é *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicada originalmente em 1899, em que o autor parte das concepções teóricas marxistas e da análise expressa em *O capital* para observar a introdução do capitalismo em seu país, buscando compreender de quais formas esse processo se dava e quais as particularidades entre o caso russo e as proposições feitas por Marx.

Em 1861, o czar Alexandre II aprovou uma reforma que aboliu formalmente a servidão na Rússia e, no decorrer do século XIX, houve transformações no modo de vida camponês e a inserção de elementos capitalistas no país tornou-se mais intensa. Diante dessas circunstâncias, a questão do desenvolvimento do capitalismo, suas possibilidades e extensão ganharam importância para os movimentos políticos revolucionários russos. O livro de Lênin está situado nesse contexto. O texto não apenas busca estabelecer uma explicação marxista para o significado histórico dessas transformações, mas igualmente tentava oferecer um contraponto às teorias populistas, que até o momento eram hegemônicas entre os pensadores de esquerda no país. Uma breve consideração a respeito do regime agrário russo e os impactos após a reforma nos permitirá um melhor vislumbre das teses a serem expostas.

O Império Russo vivia em um regime de servidão similar ao feudalismo,¹ pois as terras estavam nas mãos de grandes proprietários de origem nobre e contavam com a mão de obra de servos que não tinham liberdade para abandonarem as terras e pagavam tributos aos senhores com a entrega de parte de sua produção e serviços nas terras senhoriais. As terras camponesas ficavam sob responsabilidade do *mir*, que consistia em uma comunidade de aldeia que detinha o controle das terras destinadas aos camponeses e as distribuía entre as famílias de maneira a garantir uma certa igualdade entre eles. O critério de divisão levava em conta o tamanho da família, de modo que, quanto mais numerosa a família, maior a parcela de terra recebida.

Enquanto na Europa Ocidental os impactos das invasões napoleônicas, as revoltas nacionalistas e os efeitos da Revolução Industrial diluíam os resquícios do feudalismo e destruíam a servidão, transformando as terras em propriedades privadas de tipo capitalista, separando muitos camponeses de onde viviam e de seus meios de subsistência, o que os transformava em fonte de mão de obra a qual viria a constituir o proletariado no processo de desenvolvimento capitalista. No Império Russo, a servidão se manteve forte por longos

1 Dissemos similar devido ao termo “feudalismo” geralmente se referir à formação político-econômica ocorrida na Europa Ocidental, sobretudo na França. Apesar de muitas semelhanças, evitamos o termo sempre que possível em função das especificidades do regime agrário russo anterior à reforma de 1861.

períodos do século XIX até a reforma de 1861. Todavia, mesmo abolindo a servidão, a reforma promulgada por Alexandre II tinha como objetivo imediato manter o poderio da nobreza, a qual constituía a base de apoio do império.

Conforme nos indica Ligia Maria Osorio Silva (2012), a reforma consistia em que os senhores venderiam aos camponeses as terras que eles já ocupavam. Sendo assim abolida a servidão, o Estado pagaria aos senhores uma indenização pelas terras e os camponeses assumiriam com o Estado uma dívida a ser paga através de impostos. Além disso os camponeses perderam uma parte das terras que ocupavam, expropriadas em benefício dos senhores, ficando com acesso reduzido as terras que muitas vezes eram insuficientes para a manutenção de todas as famílias, fora a perda de acesso as antigas terras comunais. Como consequência, muitos camponeses se viam na necessidade de se sujeitarem a trabalhos ou a outras formas de pagamento para terem acesso a terras ou recursos suplementares que pertenciam a seu antigo senhor, resultando numa abolição mais formal do que prática da servidão.

O *mir* foi preservado e os camponeses não se tornaram proprietários privados individuais de suas terras. A entidade ainda era responsável por distribuir as terras entre as famílias e a aldeia como um todo era responsável pelo pagamento da dívida e de impostos para com o Estado, constituindo uma “responsabilidade coletiva”. Raramente os camponeses tinham liberdade para migrar; mesmo quando conseguiam, continuavam responsáveis pelos pagamentos de sua comunidade.

A necessidade criada pela diminuição das terras camponesas abriu espaço para que senhores e *kulaks* (camponeses ricos) lograssem acumular algum capital com o arrendamento de suas terras em troca de pagamentos em serviços, espécie ou dinheiro. Com a maior introdução da economia de mercado a partir de meados do século XIX, devido a uma relação mais próxima entre cidade e campo, dado um desenvolvimento industrial ocorrido em algumas regiões do Império e a implementação de ferrovias, os *kulaks* e os senhores foram cada vez mais estimulados a investir suas reservas na produção de mercadorias. Gradativamente, eles mesmos passaram a arrendar terras suplementares na medida em que buscavam ampliar sua produção voltada ao mercado. Os camponeses pobres, impossibilitados de sobreviverem com suas limitadas terras, se viam cada vez mais na necessidade de se oferecerem como trabalhadores nesses empreendimentos.

Tais elementos, que indicam a introdução das relações capitalistas no campo russo, conviviam com as permanências do antigo regime, como relações de dependência e o pagamento em trabalho. A partir das contradições desses elementos foi criada a base social

para o surgimento de movimentos de esquerda que buscavam compreender e intervir na transformação pela qual passava a sociedade russa, enxergando nos camponeses um setor de destaque, pois constituíam o setor que mais sentia os efeitos daquelas mudanças capitalistas em um país periférico.

Como mencionamos anteriormente, Lênin não foi o primeiro a se preocupar com a questão. Muitos escritores, como Tchenitchevski e Turgueniev, já destacavam problemas sociais e culturais decorrentes desses giros modernizadores. No campo político, alguns membros do movimento populista russo já haviam se dedicado ao tema anos antes. De acordo com José Paulo Netto (LÊNIN, 1982b), o populismo russo é um movimento de esquerda com viés revolucionário que se estabeleceu com alguma força na Rússia após a reforma de 1861. A princípio, tratava-se de um movimento de intelectuais que buscavam conscientizar os camponeses a respeito de ideias democráticas, daí seu nome *khosdenie u narod* (“ir ao povo”, em russo). Em um primeiro momento, o movimento se desenvolveu de forma mais espontânea, tendo suas principais teses formuladas em torno de 1869. Submetidos à perseguição czarista, fundaram em 1876 uma organização política clandestina chamada Zemliá i Volia (Terra e Liberdade). Por fim, a organização se dividiu em duas, o Narodnaia Volia (Vontade do Povo), de onde deriva o termo *narodnik* pelo qual os populistas russos são mais conhecidos, e Cherny Peredel (Partilha Negra), do qual fez parte Plekhanov, considerado o primeiro grande pensador do marxismo russo.

No decorrer da história do movimento, muitos populistas se propuseram a pensar em alternativas políticas para a Rússia. Múltiplas táticas foram empregadas, da conscientização ao terrorismo, e teoricamente alguns chegaram a se aproximar do socialismo científico, inclusive com a manutenção de correspondência com Marx e Engels. Assim que se tornou famosa a carta escrita por Vera Zasulitch enviada a Karl Marx, na qual questiona o autor a respeito da possibilidade do surgimento do socialismo por uma via diferente na Rússia, através da comunidade rural, o *mir*. Embora tenha feito diversos rascunhos, a resposta finalmente enviada por Marx foi breve e não deu uma resposta definitiva: por um lado, pontuando as ameaças de forças que poderiam acabar com a comuna rural; por outro, considerando a possibilidade dela servir a causa dada as especificidades do país.² Apesar de um esgotamento do populismo nos anos finais do século XIX, suas concepções ideológicas eram dominantes no pensamento da esquerda russa.

² Por mais frustrante que possa parecer aos marxistas, a resposta de Marx é coerente com suas ideias, visto que não poderia prever formas específicas de um desenvolvimento socialista na Rússia. O papel que a comuna rural russa poderia ou não assumir, incluindo a possibilidade de sua superação ou destruição, só poderia ser considerada objetivamente na medida em que tal processo se desenvolvesse concretamente, antes disso posições mais definitivas constituiriam um esforço de futurologia.

De acordo com as concepções populistas, o *mir* era uma organização nacional tipicamente russa, podendo se constituir em um embrião do desenvolvimento socialista, pois tratava-se de uma comunidade de aldeia que organizava uma posse coletiva das terras e distribuía mais ou menos igualitariamente o acesso a elas. Dessa forma, a organização da comuna agrária russa é vista como um modelo superior, mais igualitário e progressista do que o capitalismo e suas desigualdades decorrentes das relações de mercado. Logo, a inserção de elementos capitalistas na Rússia constituía um retrocesso social e deveria ser combatida.

As teses populistas daquele período, ideias que Lênin critica em seu livro, *grosso modo*, afirmavam que o capitalismo não poderia se desenvolver na Rússia, ou ao menos teria seu desenvolvimento retardado, devido às características da produção nacional de um país atrasado, a saber: a baixa produtividade das aldeias russas e sua quase autossuficiência. Essas características impossibilitariam a formação de um mercado interno que pudesse sustentar o desenvolvimento da indústria capitalista. O mercado externo, por sua vez, não poderia ser uma alternativa, pois já estava tomado pelas grandes potências industriais do ocidente.

O capitalismo só poderia se desenvolver na Rússia de maneira artificial, voltado ao mercado externo sob o incentivo do Estado, consistindo em um desenvolvimento forçado que causaria a ruína dos camponeses e diminuiria ainda mais o mercado interno, tornando a situação insustentável para um desenvolvimento de longo prazo. Assim, os populistas explicavam a presença de grandes indústrias em algumas regiões da Rússia e também a pobreza a qual muitos camponeses estavam submetidos.

Conforme indica José Paulo Netto (LÊNIN, 1982b), Lênin passou a criticar fortemente as teses populistas a partir de 1888, quando se dedicou a um estudo profundo de *O capital*. Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, o autor busca demonstrar o processo de criação de um mercado interno para o capitalismo russo e o faz através de extensa coleta de dados e partindo do referencial econômico marxista. Dessa forma, no primeiro capítulo apresenta as teses populistas e as critica ao elaborar uma reflexão teórica com base no que estava presente em *O capital*, inclusive apontando erros teóricos dos populistas, para a partir do segundo capítulo entrar em uma exaustiva análise de dados econômicos do Império Russo nas últimas décadas, de forma a verificar as alterações que ocorreram após a reforma de 1861.

Devido ao seu papel dirigente na Revolução de Outubro de 1917 e de sua posição a respeito da formulação de um partido de vanguarda dedicado ao objetivo revolucionário, tema de muitas obras focadas em aspectos e polêmicas políticas de sua época, Lênin é geralmente visto como um ator essencialmente político, cuja produção é voltada ou determinada pela prática e pela estratégia revolucionária. A dedicação política, a rigor, não é uma característica

negativa sob a perspectiva marxista, visto que é justamente o apelo para a ação política que Marx faz na famosa tese 11 sobre Feuerbach, instituindo a teoria da práxis. Contudo, reduzir Lênin apenas a um ator político nos leva a ignorar a produção teórica do autor e não raramente a extrema incompreensão que se tem a respeito de seu pensamento resulta em interpretações que, no senso comum, se limitam a posicioná-lo como uma figura meramente pragmática que busca conquistar e manter o poder, como se toda sua produção fosse elaborada apenas para essa função. Neste trabalho, enfatizamos que os esforços teóricos de Lênin, lidando com os dilemas das transformações socioeconômicas na periferia do capitalismo, são frutos de interpretações e reflexões a respeito das condições históricas nas quais estava vivendo e então procurou fundamentar uma posição teórica e política.

Não se trata de condenar o pragmatismo político, tampouco as estratégias de busca do poder. Especialmente no Brasil, essa recepção das ideias de Lênin no século XX, em parte, é explicada pelo alinhamento no contexto da Guerra Fria e por um anticomunismo que voltou a crescer nas últimas décadas. Esses elementos são uma explicação plausível para essa redução do autor no senso comum, mas esta visão é bastante aceita mesmo na academia, o que não nos surpreende se levarmos em conta o caráter de aparelho ideológico de Estado dessa instituição, conforme indicado por Louis Althusser. Portanto, concordamos com José Paulo Netto quando afirma que

[...] está demasiadamente generalizada – inclusive nos meios considerados científicos – a concepção de que a ação de Lênin, toda a ação de Lênin, encontra-se diretamente a serviço do seu trabalho político. Essa concepção parece-me estreitamente reducionista [...] O empenhamento de Lênin na criação de um partido revolucionário ‘de novo tipo’ não precede a sua análise da particularidade histórica da Rússia; as suas tomadas de posição face à Primeira Guerra Mundial são concomitantes ao seu estudo sobre o imperialismo (LÊNIN, 1982b, p. 9).

Dito isso, é importante mencionar que especialmente essa obra tem um caráter profundamente teórico, dialogando com um problema fundamental até hoje para as ciências sociais: a formação de um mercado interno na Rússia, atestando a insuficiência da teoria populista por meio de uma construção teórica apoiada em referenciais empíricos. Neste primeiro momento, retomando *O capital*, Lênin indica que o desenvolvimento do capitalismo passa antes pela economia mercantil, a qual, por sua vez, necessita de uma divisão do trabalho, ou seja, depende da existência de pequenos produtores individuais de mercadorias que adquiram os demais produtos necessários à sua sobrevivência no mercado, portanto estabelecendo relações de trocas.

Na passagem dessa formação para a economia capitalista é preciso que parte dos produtores individuais sejam expropriados de alguma forma, ocasionando a divisão típica do capitalismo entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. A ruína dos pequenos produtores, ao contrário da tese dos populistas, expande o mercado interno, criando as condições para o desenvolvimento dos grandes produtores e da grande indústria mecanizada.

Enquanto uma sociedade está em um estágio da pequena produção mercantil, o mercado tende a ser local e reduzido, o produtor mais ou menos independente recorre ao mercado na compra de mercadorias, as quais não produz e necessita, mas no geral esse consumo tende a ser pouco desenvolvido. No momento em que, por razões diversas, alguns desses produtores prosperam e verificam a possibilidade de alcançar maiores ganhos através de um aumento da produção, ocorre um processo de concorrência que leva à falência de muitos pequenos concorrentes. Tanto pequenos artesãos falidos quanto camponeses despossuídos de terras e meios de subsistência não tem outra opção para satisfazer suas necessidades senão lançarem-se ao mercado. Não apenas é no mercado que essas pessoas conseguem adquirir os produtos que necessitam para sobreviverem, como é onde, para terem os meios com os quais possam comprar tais produtos, oferecem sua força de trabalho como mercadoria. Assim sua ruína fortalece o mercado interno, pois aumentam a demanda por mercadorias, nesse caso, sobretudo as de primeira necessidade, como os alimentos.

Os produtores enriquecidos, à medida que vislumbram a possibilidade de maiores lucros com aumento da produção, investem seu capital para fomentar esse processo. Assim segue-se a contratação de maior número de mão de obra e desenvolvimento na divisão do trabalho típicos da manufatura, até o investimento em máquinas, fábricas e equipamentos no desenvolvimento da grande indústria. Nesse momento a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista cria um mercado de bens de produção, a demanda por tais insumos estimula o surgimento de novas empresas que busquem atendê-la e, por fim, ao empregarem mais mão de obra aumentam a demanda por parte dos trabalhadores. Assim o capitalismo segue um ciclo de desenvolvimento até que esbarre em algum limite que resulte em profunda crise, da qual se segue, após o rebaixamento do nível de produção, para um novo ciclo de crescimento, o que é expresso na teoria de Marx, de qualquer forma nesse momento já estamos diante do modo de produção capitalista.

Apontando esses e outros elementos da teoria econômica marxista, Lênin demonstra no plano teórico a incorreção das teses populistas de que a ruína dos camponeses seria um elemento que tivesse impedido ou limitado o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, além

de certa incoerência, visto que alguns dos autores populistas, como o Sr. N-on, recorrem as citações de *O capital* para comprovarem suas teses.

Esse impulso para o aumento da produção e para a instalação da grande indústria não ocorre espontaneamente, ou seja, não se trata de um desenvolvimento natural pré-determinado ou de uma evolução do espírito humano, mas corresponde às condições materiais e, por extensão, culturais em certa espaço-temporalidade. Na Europa Ocidental, o crescimento de rotas comerciais ao final da Idade Média e a globalização fortalecida pelas grandes navegações deram um impulso significativo no comércio: aliada ao processo de acumulação primitiva do capital, essa dinâmica gerou as condições que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo. O posterior impulso fornecido pela Revolução Industrial e a instauração das ferrovias também foram elementos que possibilitaram a disseminação do modo de produção capitalista pela Europa e no restante do globo.

Na Inglaterra, conforme explicitado pelo próprio Marx (2013) no capítulo 24 de *O capital*, destaca-se todo um processo de expropriação do campesinato que, desde o século XV e passando pelas Revoluções Inglesas, através dos cercamentos criou as bases para o desenvolvimento capitalista no país, com um forte impulso na formação da classe operária inglesa. Na França, a Revolução Francesa e as medidas tomadas em benefício da burguesia durante o regime napoleônico deram um impulso ao desenvolvimento capitalista local. Por fim, na Alemanha podemos citar os desdobramentos das invasões napoleônicas, desencadeando um processo de abolição da servidão em 1848 e a unificação, sob a liderança do forte Estado prussiano, como fatores que deram a possibilidade de o capitalismo industrial prosperar também nesse país. Ao passo que o cerne da teoria econômica marxista continua o mesmo para todos os casos, as formas concretas com que tais processos se desencadeiam variam de acordo com as especificidades históricas de cada país.

Se teoricamente já estava dada a possibilidade do surgimento de um mercado interno na Rússia e, portanto, o desenvolvimento do sistema capitalista, restava constatar se e como isso se dava na prática no país. Para isso, Lênin se debruçou sobre a análise de diversos dados, muitos deles retirados de estatísticas oficiais do Império Russo, do exército, dos *zemstvos*³ e de obras de economia, algumas dos próprios populistas. Devido à falta de padronização de algumas categorias no decorrer dos anos e das regiões foi necessário um trabalho de seleção e adequação dos dados, tal como restringir o alcance de certas análises por ausência de formas de verificação.

3 Forma de administração regional do Império Russo responsável por questões econômicas e administrativas locais, realizavam levantamento de dados com alguma periodicidade.

Lênin constata que o capitalismo estava em desenvolvimento na Rússia. Além disso, ele dizia que a Rússia já era um país capitalista, mas ainda com muita presença de elementos do antigo regime. A principal característica que cria a divisão clássica do capitalismo está na desintegração do campesinato, a qual o autor dedica o maior capítulo da obra. Isso faz todo sentido, dado ao peso que o campo russo tinha na população do país, além de ser na comunidade camponesa que residia, segundo os populistas um elemento de resistência ao capitalismo.

Observando os dados referentes após a reforma de 1861, Lênin nota um processo de diferenciação do campesinato: cada vez mais eles dividem-se entre dois grupos, uma minoria de camponeses ricos e uma maioria de pobres, embora existam ainda uma camada intermediária entre eles. A razão original dessas diferenças estaria assentada no acesso à terra, aqueles que provém de famílias maiores por receberem mais terras teriam, a princípio, mais chances de prosperarem na medida em que detêm mais mão de obra para a produção, porém isso não seria muito relevante para uma produção de subsistência. Ao observar a produção, constatou que ela era voltada ao mercado, com o arrendamento ou compra de terras e emprego de trabalhadores assalariados ou diaristas. Isso fica claro ao se verificar que a concentração da contratação de trabalhadores pelos camponeses mais ricos e pelo fato deles serem os que mais arrendam terra, em que pese já terem os maiores lotes comunitários.

A produção para o mercado impulsiona o processo de desintegração do campesinato, pois os camponeses ricos detêm a grande maioria da produção e conseguem, muito além de produzirem para a própria subsistência, uma fatia de mercado melhor que a dos camponeses médios e pobres. Estes últimos, com terras reduzidas e instrumentos menos eficientes, não conseguem produzir tudo o que necessitam, precisando adquirir no mercado alimentação suplementar dos camponeses mais ricos, resultando que para tanto necessitam empregarem-se nas terras dos maiores produtores. Além disso oferecem parte de suas terras em arrendamento vivendo principalmente do trabalho para outrem, de forma que os camponeses mais pobres cada vez mais transformavam-se em trabalhadores do campo.

Por outro lado, os camponeses ricos acumulavam capital que investiam na melhoria de sua produção com a compra de novas e melhores ferramentas, adubos e máquinas. Além disso, muitos deles passam a investir na diversificação de produção, criando pequenas indústrias agrícolas, prosperando o suficiente nesses ramos esses camponeses não necessitariam mais trabalhar diretamente, dedicando-se a administração de seus investimentos, portanto estariam naquele momento tornando-se empresários rurais.

O processo de desintegração do campesinato que aqui mencionamos é justamente um processo de divisão dos camponeses nas duas classes que marcam o sistema capitalista, burguesia e proletariado. Os camponeses pobres passam por um processo de proletarização na medida em que passam a depender de oferecer sua força de trabalho para outrem como forma de sobreviver. Os camponeses médios podem caminhar entre esses dois extremos, mas tendem mais para a proletarização, uma vez que tem a posse de terras que os permite produzirem o suficiente para si, com a possibilidade de poucos excedentes com colheitas excepcionais, mesmo assim encontram dificuldades em acompanhar o nível de produtividade dos camponeses ricos, ficando para trás na produção para o mercado. Por outro lado, quando as colheitas não são boas, podendo ser por uma causa natural ou qualquer outra, produzem em quantidade insuficiente e precisam trabalhar para outros ou adquirirem empréstimos dos camponeses mais ricos com juros elevados, o que os deixa em dívida e acaba por levá-los a oferecerem suas terras em arrendamento a preços baixos para pagamento ou terem de trabalhar; enfim, mesmo os camponeses médios tendiam ao empobrecimento e à proletarização na maioria dos casos.

A desintegração do campesinato ocorria em intensidades distintas para cada região do país. Ela tendia a ser mais rápida em locais cujas ferrovias permitiam uma maior integração das aldeias com as cidades, ampliando os mercados. A instauração de pequenas fábricas agrícolas e a diversificação da produção local está ligada a diversos fatores, como o clima e qual tipo de produção pode ser feita em cada lugar. Assim, verifica-se também um elemento que a integração do mercado estimula: a especialização da produção para cada região, tanto agrícola, quanto industrial. A respeito disso, no decorrer do livro, Lênin demonstra como a demanda de indústrias nas cidades estimula uma série de aldeias e regiões a desenvolverem produções de certas mercadorias, por exemplo, de produtos naturais e caixas para embalagens. Desses fatos observados o autor conclui que a maioria das aldeias russas já se encontrava em uma economia mercantil, com vias para o desenvolvimento capitalista.

No decorrer da obra, Lênin perfaz o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, analisando o estabelecimento de pequenos produtores individuais voltados ao mercado, muitas vezes contratados ou dependentes de um intermediário para conseguirem executar suas vendas que são destinadas boa parte das vezes para as cidades, a instalação de manufaturas e finalmente da grande indústria mecanizada, tal como da conversão de antigos produtores locais em grandes proprietários que até se mudam para as cidades. Para todos os casos, ele considera o nível de produção, a posse de ferramentas e máquinas retiradas das fontes de dados já citadas e também de relatos camponeses expressos em diversas obras. Os

relatórios elaborados por comissões médicas de diversas províncias fornecem dados interessantes quanto a condição dos trabalhadores, na maioria das vezes bastante precária e propícia ao desenvolvimento de doenças.

Tanto a desintegração do campesinato como as relações de especialização estabelecidas entre as regiões, aldeias e cidades demonstram a existência de um mercado interno para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. A desintegração do campesinato é demonstrada como uma das fontes de criação desse mercado interno, como dissemos o camponês pobre cria esse mercado na medida em que precisa adquirir os bens básicos de sua sobrevivência por um lado, e oferece seu trabalho como mercadoria pelo outro. O camponês rico, por sua vez, aumenta seu padrão de consumo pela riqueza acumulada, mas, mais importante do que isso, cria um mercado de bens de produção por demandar novas ferramentas e máquinas aprimoradas, causando todo um ciclo de desenvolvimento do mercado interno.

Pelo próprio caráter dialético do desenvolvimento do capitalismo, ele não surge na Rússia (e em nenhum lugar do mundo) de forma “pura”, acabada, pois no país convivem muitos elementos do antigo regime, herdados da servidão, tais como as relações de dependência em diversas localidades. Conforme indica Lênin, essas permanências atrasavam o pleno desenvolvimento do capitalismo e eram mais comuns em regiões mais afastadas, menos integradas à concorrência, no que nas regiões onde as ferrovias eram grandes facilitadoras da formação do mercado.

A própria posse dos pequenos camponeses de uma parcela de terra era um desses elementos do passado. O camponês recebia a posse de uma parcela de terra comunitária da qual ele não poderia se desfazer, embora pudesse alugar, também não era totalmente livre para migrar abandonando sua terra, quanto mais preso à terra era o camponês pobre, menos opções de buscar um emprego melhor ele tinha, sendo obrigado a se sujeitar a baixos pagamentos. A posse de uma pequena parcela permite que ele produza parcialmente seu sustento em suas terras. Embora insuficiente para sobreviver, era um fator que permitia a ele aceitar salários menores, tanto entre os trabalhavam no campo quanto aos que se empregavam em fábricas. A remuneração baixa aos trabalhadores permite um ganho maior ao empregador sem a necessidade de se investir em um progresso técnico maior na produção, o que demonstra que a superexploração é um limitador do desenvolvimento econômico.

As dificuldades do pequeno produtor em acessar os maiores mercados ou oferecer uma produção em quantidade suficiente fazia com que grandes empresas encomendassem produtos intermediários ou acessórios ao que produziam a mercadores intermediários, que por

sua vez ofereciam valores menores por unidade a pequenos produtores locais, lucrando a diferença. A presença desse intermediário, do qual os produtores locais eram dependentes, consiste em mais um empecilho para o progresso da produção capitalista, limitando o crescimento dos produtores menores enquanto o intermediário lucra uma parte de forma improdutiva, uma limitação ao capital industrial imposta pela proeminência do capital comercial.

Todos esses elementos oriundos do regime anterior eram permanências que atrasavam o desenvolvimento capitalista e pioravam a condição dos trabalhadores: não raro, as piores condições de trabalho estavam justamente onde mais se preservavam as relações de dependência e servidão. A comunidade camponesa, longe de ser uma alternativa ou um ponto de resistência ao capitalismo, estava adaptada a ele. A ligação do camponês a ela, impedindo-o de abandonar sua terra e migrar, garantia o fornecimento de mão de obra a baixos custos. Assim que um desenvolvimento mais pleno do capitalismo, a desobrigação do camponês de se ver vinculado a sua aldeia e terra representaria um elemento progressivo em sua condição de vida. Lênin observa nessa obra um caráter progressista no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, na medida em que ele destrói elementos da antiga sociedade servil, sem deixar de considerar, em contrapartida, seus aspectos negativos e sua adaptação aos elementos do antigo regime russo. Com isso, podemos considerar, tal como Silva (2012), que por um lado essa obra contém uma crítica ao Estado russo pela insuficiência de seu aparato jurídico em abolir ou impedir o ressurgimento de antigas formas de servidão; por outro, pretende demonstrar a formação de um mercado interno para o capitalismo russo.

Lênin não deixa de mencionar a instauração de algumas grandes empresas, sobretudo voltadas a extração e exportação de petróleo. Elas empregavam uma boa quantidade de mão de obra e contavam com investimento de capital estrangeiro, além de contribuírem na criação de um mercado interno como nos demais casos citados, seu caráter exportador indica a inserção da Rússia no mercado internacional, o que contraria a tese populista de que esse seria um limitador ao desenvolvimento do capitalismo no país por já estar ocupado pelas grandes potências. Porém, como observamos, mesmo que o mercado internacional estivesse de fato nas mãos das grandes potências, existia uma divisão internacional do trabalho que fazia ser do interesse da própria Inglaterra (maior potência do período e uma das fontes de capitais estrangeiros na Rússia) a produção de petróleo no país, constituindo-se em mercado consumidor desse produto.

Diante do exposto podemos dizer que, na análise de Lênin, a Rússia naquele momento já era capitalista, mas não um capitalismo tão desenvolvido como na Inglaterra ou França, que

contavam com estruturas mais sólidas, acumulação, leis e regulações junto ao domínio de mercados internacionais. Na Rússia, o capitalismo convivia com a presença muito grande de resquícios de passado servil e modos de produção tradicionais conviviam com a manufatura e com a grande produção mecanizada. Enquanto nos grandes centros urbanos se tem relações capitalistas mais plenas, nas regiões mais distantes do país ainda vigoravam relações de servidão e entre esses dois polos existiam uma grande gama de combinações.

O próprio capitalismo se apropria das relações anteriores e delas tira proveito, ao mesmo tempo que cria as bases de sua destruição. De qualquer forma o capitalismo vigorava na Rússia (com todas suas especificidades como em cada país) e o país estava integrado ao mercado internacional e as relações propriamente capitalistas tendiam, ao longo do tempo, a suplantarem as anteriores, o que representaria um caráter progressista.

A práxis marxista consiste na relação entre teoria e prática, de modo que a análise elaborada em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* não deixou de refletir nas posições defendidas e tomadas tanto por Lênin quanto por seus apoiadores. No congresso do Partido Operário Social Democrata da Rússia (POS DR) realizado em 1903, as conclusões de Lênin foram levadas à discussão e o programa do partido ali elaborado demonstram claramente a influência dessas ideias, conforme atesta o seguinte trecho:

Na Rússia, onde o capitalismo já se tornou o modo de produção dominante, ainda há muitas sobrevivências da velha ordem pré-capitalista, que foi baseada na escravidão das massas trabalhadoras pelos proprietários da terra, pelo Estado ou pelo soberano. Impedindo o progresso econômico de forma muito considerável, estas sobrevivências inibem o desenvolvimento integral da luta de classe do proletariado, e contribuem para a manutenção e consolidação das formas mais bárbaras de exploração dos milhões de camponeses por parte do Estado e das classes proprietárias, e para manter todo o povo na ignorância e privado de direitos (ATAS DO SEGUNDO CONGRESSO DO PARTIDO OPERÁRIO SOCIALDEMOCRATA DA RÚSSIA DE 1903, 2014, p. 27).

O trecho citado indica ainda a visão progressista vista por Lênin no desenvolvimento capitalista como elemento que derruba formas anteriores de dominação. A principal característica progressiva desse processo está justamente no desenvolvimento da luta de classe do proletariado. À medida que a diferenciação ocorria entre os camponeses, mais se desenvolvia a luta de classes típica do capitalismo no campo entre a burguesia e o proletariado agrários. Tendo isto em conta, o programa elaborado possuía diversas medidas de combate às formas antigas de dominação, como a restituição das terras tomadas da comunidade rural em benefício dos senhores, a abolição das relações servis que existiam ainda em partes do Império e a responsabilidade coletiva.

O programa, portanto, acreditava que, eliminando as formas de opressões anteriores, o processo de desenvolvimento do capitalismo se daria de forma mais rápida e aprofundaria a diferenciação no campo, transformando a maioria dos camponeses em proletários agrícolas e consequentemente aliados prováveis do proletariado urbano, junto ao qual poderia proceder a luta contra a burguesia.

A luta do campesinato russo se daria em duas frentes: uma contra as formas de opressão anteriores e outra contra a burguesia agrária. Conforme indica Ligia Maria Osorio da Silva (2012), o apoio à luta camponesa contra os resquícios feudais seria uma “última tentativa”, visto que o próprio desenvolvimento do capitalismo acabaria com tais permanências, embora o fizesse com violência e repressão. Com isso, podemos dizer, ainda com base em Silva (2012), que a visão dominante no congresso do partido e expressa por Lênin em seu livro, é de que o capitalismo se desenvolvia com certa velocidade e que logo a questão camponesa seria superada pela questão proletária, portanto ela não deveria ser o foco da atuação do partido.

Embora a análise de Lênin sobre a desintegração do campesinato estivesse no geral correta, concordamos com Silva (2012) de que houve um superdimensionamento do processo. Acreditava-se que ele estava ocorrendo em uma velocidade maior do que estava de fato. Mas, dado o próprio tamanho do Império Russo e a ligação ainda precária entre suas regiões, as permanências eram mais resistentes do que se poderia supor. Na prática política, essa visão resultou em certo distanciamento do POSDR das massas camponesas na ocasião das revoltas que marcaram 1905: nessa ocasião, entre os camponeses ainda havia uma relação de oposição maior aos nobres do que para com o campesinato mais rico. Conforme a própria autora indica, anos mais tarde Lênin faria a autocrítica a respeito da questão e adequaria suas teses.

A partir de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de sua influência política, de seus limites e das revisões de posições posteriormente feitas, podemos tirar um exemplo da práxis marxista, do processo dialético de construção do conhecimento pelo autor e sua relação com a prática política. Quanto ao caráter progressista do crescimento do capitalismo na Rússia, não devemos deduzir uma concepção etapista, mas algo derivado da análise de uma conjuntura onde não se estava posta a possibilidade de tomada do poder em favor do socialismo e em que o trabalhador sofria de forma dupla: de um lado, pela exploração capitalista, por outro da exploração do antigo regime russo. A “missão” do capitalismo na Rússia consistia, nas palavras de Lênin, no “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (LÊNIN, 1982b, p. 373), dinamizando as forças produtivas e induzindo os processos de modernização nucleados no capital. Na periferia do capitalismo, veremos

ainda, na análise do autor, as condições que evidenciam que o capitalismo não é mais capaz de cumprir tal missão.

4 IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

Redigido em 1916 e publicado no ano seguinte, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* foi uma das principais obras produzidas por Lênin. O autor se propõe a analisar o fenômeno do imperialismo a partir de suas características básicas: os monopólios, a proeminência do capital financeiro e suas implicações sociais e políticas. Entre esta obra e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* houve um aprimoramento da análise de Lênin. Além disso, transformações estruturais no sistema capitalista levaram a algumas mudanças de perspectivas quanto ao papel cumprido pelo capitalismo na Rússia e em outras partes do mundo.

Para que seja possível compreender as mudanças e permanências presentes entre as duas obras e como isso relaciona-se ao método marxista na obra de Lênin, é importante, antes, destacar alguns dos principais elementos da análise do autor a respeito do imperialismo e como ele se desenvolveu. A esta função dedica-se a primeira parte do capítulo.

4.1 A teoria do imperialismo de Lênin

Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin estabelece uma análise que parte do micro para o macro, de uma questão que a princípio parece essencialmente econômica. Conforme se desenvolve a argumentação, a teoria toma uma proporção política que, por fim, ultrapassa os limites nacionais, lançando uma realidade política e social para o restante do globo. O imperialismo tem sua origem dentro das economias nacionais das grandes potências, mas sua conformação acaba por submeter todas as demais nações a esse sistema organizado hierarquicamente conforme o poder político e econômico.

Em sua definição mais básica, o imperialismo é a “fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 1982a, p. 87). Essa é uma definição incompleta, segundo o próprio autor, mas ela já contém o elemento fundamental que caracteriza o imperialismo e o principal elemento que suscitou seu surgimento, o monopólio. Dessa forma é justamente pelos monopólios que o autor começa a abordagem de seu livro.

Através da análise de dados e da produção econômica do período, Lênin atesta, nos países de capitalismo desenvolvido, um processo de concentração da produção, isto é, algumas poucas grandes empresas tornaram-se responsáveis por uma porção muito grande da produção de determinado setor ou mercadoria. Além disso um pequeno grupo de grandes empresas concentraram em si altas porcentagens do uso da mão de obra, energia e da

obtenção de lucro. Alguns dados referentes aos EUA em 1907, apresentados pelo autor (LÊNIN, 1982a), ilustram essa questão: existiam 3060 grandes empresas que representavam apenas 1,1% do total de empresas, mas empregavam 30,5% da mão de obra do país, e sua produção correspondia a 43,8% do total. Em 1904, esses números eram, respectivamente, 1900 grandes empresas representando 0,9% do total de empresas, empregando 25,6% da mão de obra, e cuja produção correspondia a 38% do total.

A observação de tais dados indica uma grande concentração da produção entre as grandes empresas nos dois anos, mas a comparação entre eles demonstra que apesar de um crescimento relativamente pequeno da porcentagem de grandes empresas em relação ao total, houve aumentos maiores na concentração do emprego da mão de obra e na produção controladas por elas.

Quando um pequeno grupo de grandes empresas concentra a produção, elas obtêm elevadas taxas de lucros, o que as permite dispor mais facilmente de recursos e capitais para reinvestimento, tal como se reposicionarem após uma crise ou alterações de preços, enquanto pequenas empresas encontram dificuldades na concorrência com os grandes produtores e estão mais sujeitas a fecharem as portas em caso de crises. É nesse momento de crise e fechamento que as maiores empresas podem adquirir o negócio das menores e assim aumentarem sua fatia do mercado, tendendo ao monopólio. É a este processo que Lênin se refere na seguinte passagem:

Há meio século, quando Marx escrevia o seu *O Capital*, a livre concorrência aparecia à imensa maioria dos economistas como uma “lei da natureza”. A ciência oficial tentou aniquilar, pela conspiração do silêncio, a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual, atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio. Atualmente o monopólio se tornou um fato (LÊNIN, 1982a, p. 20).

Diante de tal concepção, podemos considerar que o surgimento do monopólio é o caminho lógico ao qual o próprio desenvolvimento do capitalismo leva o sistema. Se hoje o monopólio é um fato, a questão posta se refere a quando a concentração da produção atingiu o “certo grau de desenvolvimento” que fez do monopólio a principal característica do capitalismo na Europa de sua época.

Citando diversas obras econômicas, Lênin aponta que, na Europa, o momento que marca a passagem definitiva do antigo capitalismo para o novo, monopolista, foi o início do século XX. Contudo, o acelerado desenvolvimento desse processo pode ser verificado a partir do último quartel do século XIX. Uma série de crises industriais internacionais entre 1870 e

1880 teriam sido as grandes impulsionadoras do processo, em especial a oriunda de um crack em 1873, após o qual seguiu-se a formação de diversos cartéis como forma dos empresários diminuírem as perdas.

Em um momento de crise generalizada, quando podemos verificar grandes quedas nas vendas e/ou nos preços das mercadorias, uma forma de se contornar o problema é regulando a oferta disponível e até mesmo combinando preços. Tais medidas poderiam preservar, nem que seja parcialmente, a taxa de lucros. Tratando-se de uma crise generalizada, e não restrita a uma ou poucas empresas, existe impulso suficiente para que os diversos investidores de um dado setor estejam dispostos a superar momentaneamente sua rivalidade no mercado em prol de um interesse comum.

Mesmo que a formação de diversos cartéis não tenha impedido que muitos empresários sofressem com novas crises, quebras e falências, a experiência acumulada no período levou os cartéis a uma nova fase, em que deixavam de ser formações passageiras e tornavam-se “uma das bases de toda vida econômica” (LÊNIN, 1982a, p. 22). Talvez pudéssemos compreender esse fenômeno como uma adaptação de setores da burguesia diante de um elemento do sistema capitalista já discutido por Marx, a saber, o caráter cíclico das crises sob o regime capitalista. Considerando que “o desenvolvimento da livre concorrência atinge o seu apogeu entre 1860 e 1880” (LÊNIN, 1982a, p. 21), faz sentido esperar que a partir de então uma das características marcantes do modo de produção passasse a se manifestar com maior frequência e intensidade.

Desde então, a formação de cartéis se espalharia entre os setores da economia, sendo o primeiro e mais proeminente o cartel dos setores ligados à produção de matérias-primas, com a formação de um sindicato do coque e do carvão, concentrando neles quase toda a produção dessas mercadorias dentro de uma determinada nação. Um grande desenvolvimento econômico na indústria mineira e siderúrgica nos anos finais do século XIX e uma crise em 1900-1903 ocorreram já “inteiramente sob o signo dos cartéis” (LÊNIN, 1982a, p. 21), indicando a transição do capitalismo de livre concorrência para o imperialismo, isto é, sua fase monopolista.

Um elemento importante que devemos levar em consideração no capitalismo é que, em períodos de crises, algumas ou várias empresas podem falir, abandonando suas atividades. Elas têm seu espaço no mercado ocupado por outras, sendo comum até mesmo a aquisição de uma empresa por outra devido a dificuldades financeiras. Por isso, a livre concorrência tende à concentração da produção e ao posterior desenvolvimento desse processo diante das crises cíclicas do capitalismo, levando ao monopólio.

Efetivamente os cartéis reuniram os maiores produtores de cada setor, não sendo incomum que eles obtivessem um poder de monopólio controlando porcentagens superiores à metade de toda a produção em nível nacional. Um processo de fusões entre empresas pertencentes a um mesmo cartel e o alto nível de produtividade, desenvolvimento tecnológico e acordos entre membros permitem um controle da produção do setor em que atuam, de forma a causar aumentos ou quedas de preços das mercadorias e a quebra de empresas concorrentes independentes, através da prática do *dumping*. Podemos ter um vislumbre do tamanho do poder que os cartéis exercem em um setor da economia considerando o seguinte exemplo: “o sindicato da Renânia-Vestfália do carvão, quando da sua fundação, em 1893, detinha 86,7% da produção hulhífera da região e, em 1910, já 95,4%” (KESTNER, 1912, p. 11 apud LÊNIN, 1982a, p. 23). Diante de tais circunstâncias, a concentração da produção leva ao surgimento dos monopólios, tal processo pode ser resumido da seguinte maneira:

- 1) Anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis;
- 2) Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório;
- 3) Expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo (LÊNIN, 1982a, p. 22).

Com o poder de monopólio, os empresários que fazem parte de um cartel conseguem obter grande lucro de forma a multiplicar excepcionalmente seu capital. O lucro pode ser reinvestido no mesmo setor, trazendo melhoras na produtividade de suas empresas e os deixando em condições cada vez melhores e mais dominantes naquele ramo. Porém é possível diversificar o investimento feito com o capital excedente, além de investir na produção de outros ramos da economia, podendo multiplicar seu capital através da aplicação financeira, a compra de ações de outras empresas ou sua disponibilização para empréstimos. É importante ter isso em mente para compreendermos como o desenvolvimento dos monopólios permitiu uma reorganização do papel dos bancos, desenvolvendo o capital financeiro e criando uma oligarquia financeira com capacidade de controlar toda a economia onde está presente. De acordo com Lênin, inicialmente os bancos teriam a seguinte função:

A função essencial e inicial dos bancos é a de intermediários nos pagamentos. Realizando-a, eles transformam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, criador de lucro, e, reunindo os diversos rendimentos em espécie, eles colocam-nos à disposição da classe dos capitalistas (LÊNIN, 1982a, p. 30).

Os bancos concentram sua atividade com o dinheiro e servem como intermediários. Os pagamentos de salários, dentre outras atividades, geralmente são feitos através de transferências bancárias. Os bancos dispõem de grandes quantidades de dinheiro, as quais utilizam para empréstimos; portanto, se um empresário pretende investir em um setor e não dispõe do montante necessário, ele pode recorrer a um banco que o fornecerá a valor mediante uma devolução posterior acrescida de juros. Essa atividade pode ser boa para o empresário na medida em que se pretende obter lucros com o investimento feito. Dessa forma, os bancos agem como intermediários do processo produtivo; se o dinheiro está apenas guardado no banco, ele é improdutivo, no momento em que ele é disponibilizado para o fomento de uma produção através de financiamentos é que ele se torna capital-ativo.

O capital, embora não se restrinja a isso, e principalmente o lucro, é normalmente calculado e comparado em dinheiro, que é mercadoria que assume o papel de equivalente universal de trocas. Apesar disso, a mercadoria que uma indústria qualquer produz ou disponibiliza no mercado, geralmente, não é o dinheiro, mas outra através da qual se pretende obter uma soma maior, em dinheiro, do que o investido no processo de produção. A característica dos bancos é que a mercadoria de seu negócio é justamente o dinheiro e serviços relacionados a ele, mas ainda assim os bancos podem ser vistos como empresas e, naturalmente, buscam lucros.

Tal como outros setores, os bancos passaram também, no mesmo período, por um processo de concentração e monopolização. Diversos bancos faliram e seus negócios foram absorvidos por outros maiores. Cartéis foram formados e bancos foram fundidos nos países europeus no decorrer dos anos finais do século XIX e início do XX. A cada vez maior monopolização do setor bancário, tal como no setor de matéria-prima, tem uma importância especial no desenvolvimento do capitalismo.

Matérias-primas são necessárias para toda uma cadeia industrial, de forma que os cartéis e monopólios desse setor tem grande poder para influenciar e até mesmo determinar a produção ou ritmos econômicos do restante da indústria. Em caso de não atendimento de suas demandas por parte de empresas de outros setores, sobretudo as menores, o monopólio das matérias-primas pode se negar a comercializar com elas, fazendo que parem sua produção e muito provavelmente pereçam no mercado. Evidentemente, a capacidade de um monopólio conseguir impor suas condições depende da correlação de forças que ele tem em relação as empresas com quem negocia.

De qualquer forma, a tendência é que as empresas individuais se integrem a monopólios e cartéis já existentes, e a integração e fusão de cartéis de diversos setores

também é uma tendência, não apenas porque o superlucro permitido por tal forma de exploração permite aos membros do monopólio original estenderem suas atuações para outros setores, como pelas vantagens e influxos de capitais que podem oferecer as demais empresas caso elas aceitem. Assim, as demais empresas tornam-se dependentes de um grande monopólio, que cada vez mais tende a centralizar em si toda a produção nacional. Vale mencionar que podem ocorrer casos em que dois ou mais monopólios coexistem e disputam mercados em um mesmo país, a lógica se mantém a mesma e a correlação de forças, sucessos ou fracassos econômicos, definirá qual deles abocanhará ou perderá as maiores fatias do mercado ou mesmo se vão se juntar. O imperialismo não elimina a concorrência. Os monopólios são sim sua principal característica e tem predominância nessa fase do capitalismo, mas eles coexistem com a concorrência, acontece que no geral ela é uma concorrência de monopólios.

Os bancos assumem papel fundamental durante a fase imperialista. Com a concentração ocorrida, eles detêm poderosos monopólios do capital-dinheiro e este é fundamental para a atividade produtiva. Uma indústria independente muitas vezes precisa recorrer a um financiamento para incrementar sua produtividade, ao mesmo tempo os setores cartelizados concorrendo com outros cartéis precisaram fazer investimentos de montantes ainda maiores para superarem os também avançados concorrentes, é nesse ponto em que tudo converge aos bancos. Em situação de monopólio, os bancos, tal como os monopólios de matérias-primas, assumem o poder de determinar toda a cadeia produtiva, caso seus interesses não sejam atendidos podem negar empréstimos, financiamentos ou aumentarem excessivamente a taxa de juros causando mudanças de equilíbrio de mercado de acordo com seus interesses. Nesse aspecto, até o setor de matérias-primas dependem dos bancos, visto que também eles precisam de investimentos e de acesso ao capital-dinheiro.

Os bancos ainda têm uma vantagem maior, por centralizarem o capital-dinheiro, pois eles têm acesso a transações, transferências e uma noção da situação financeira de um número elevado de empresas. Mapeando esses dados, os bancos podem traçar uma análise de mercado apurada que os permita investir com precisão ou, até mesmo, causar situações que tornem um outro setor mais lucrativo. Nessas condições, os bancos passam a investir na contratação de especialistas, industriais e ex-industriais, que se tornam seus gerentes especialistas em diversas áreas de atuação e passam a investir em setores industriais.

A vantagem clara que os bancos têm não deixaram de atrair os grandes empresários do setor industrial, que se tornaram acionistas dos bancos. A compra de ações torna essa relação de controle e concentração de mercado e produção ainda mais intensa. Os bancos maiores

compram ações e tornam-se acionistas majoritários de bancos médios, que fazem o mesmo com os pequenos bancos alcançando a quase totalidade do controle do capital-dinheiro, o mesmo processo acontece na indústria com a compra de ações, seja pelos próprios acionistas das maiores indústrias, seja pelos bancos. Os próprios bancos tornaram-se acionistas importantes das grandes indústrias e não só a produção ou o mercado concentrou-se na mão desse grupo, como surgiu cada vez mais uma confluência de interesses entre os representantes do capital bancário e industrial.

Paralelamente à monopolização, e parte dela, os bancos tiveram uma mudança de função e deixaram de ser intermediários da produção para tornarem-se seus controladores. Essa fusão do capital industrial com o capital bancário forma o que Lênin denomina capital financeiro, a forma do capital que predomina na fase imperialista e que, para nós, é muito importante pelas implicações políticas que dele desdobram e abordaremos futuramente. Junto ao capital financeiro surge uma oligarquia financeira que detém o domínio de praticamente toda a produção e se beneficia de seus ganhos, consistindo nos acionistas dos bancos e indústrias.

O burguês, dono e administrador de sua própria fábrica, os menos abastados até trabalhando nelas, deixou de ser predominante. O burguês da era imperialista é um acionista que terceiriza suas funções, contrata especialistas para gerir seu negócio e muitos deles sequer pisam em uma reunião de negócios, mas especulam e lucram com a exploração racionalmente ordenada no imperialismo através da propriedade de ações. Por isso, Lênin menciona diversas vezes no livro que a classe dominante sob o imperialismo se destaca por seu parasitismo. Mencionando obra do economista alemão Kestner, Lênin sintetiza os processos que as uniões monopolistas recorrem na luta contra outras empresas:

- 1) privação de matérias-primas (... “um dos processos essenciais para impor a adesão ao cartel”);
- 2) privação de mão-de-obra por meio de “alianças” (isto é, de acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários, nos termos dos quais estes últimos não aceitam trabalhar senão em empresas cartelizadas);
- 3) privação dos meios de transporte;
- 4) encerramento de mercados;
- 5) acordos com os compradores pelos quais estes se comprometem a manter relações apenas com os cartéis;
- 6) baixa sistemática dos preços (para arruinar os “outsiders”, isto é, as empresas independentes do monopólio, dispendem-se milhões, a fim de vender durante certo tempo abaixo do preço de revenda: na indústria dos derivados de petróleo houve casos em que os preços caíram de 40 a 22 marcos, ou seja, uma baixa de quase metade!);
- 7) privação de créditos;
- 8) boicote. (LÊNIN, 1982a, p. 25-26).

Tais processos, que indicam o domínio do monopólio do capital financeiro no imperialismo, não passaram despercebidos pelos próprios burgueses, que muitas vezes queixavam-se da realidade que a muitos deles acabavam sendo impostas, como ilustra o trecho a seguir:

Ouve-se bastante vezes os meios industriais e comerciais queixarem-se do “terrorismo” dos bancos. Será isso de admirar quando os bancos “mandam” da forma que o exemplo seguinte ilustra? No dia 19 de Novembro de 1901 um dos bancos D de Berlim (chama-se assim aos quatro grandes bancos cujo nome começa pela letra D) dirigiu ao Conselho de Administração do Sindicato dos Cimentos, do Centro-Norte-Oeste alemão, a seguinte carta: “Segundo a nota que vocês publicaram no dia 18 deste mês em tal jornal, parece que devemos encarar a eventualidade de ver a próxima assembléia geral do vosso sindicato, marcada para 30 do corrente, tomar decisões suscetíveis de produzir alterações na vossa empresa que nós não podemos aceitar. Deste modo, e com grande pesar, vemo-nos na necessidade de vos recusar, para o futuro, o crédito que vos tinha sido concedido. Todavia, se esta assembléia geral não tomar decisões para nós inaceitáveis e se recebermos as desejáveis garantias para o futuro, declaramo-nos inteiramente dispostos a negociar convosco a abertura de um novo crédito” (LÊNIN, 1982a, p. 43).

Esse caso revela a tradicional opressão a que a pequena burguesia está submetida pela grande burguesia, que gera muitas reclamações desse setor visto que seu pequeno capital não consegue competir com os grandes, porém esse processo agora acontece em outro patamar onde mesmo um sindicato de um setor parece pequeno perante o capital financeiro e o poder dos bancos. A inovação e maior rentabilidade na produção é bastante influenciada pela capacidade das empresas em realizarem pesquisas, onde os bancos e o capital financeiro saem na frente. Conforme expõe o autor:

A velha luta entre o pequeno e grande capital recomeça mas num novo grau de desenvolvimento infinitamente superior. É evidente também que os grandes bancos, dispondo de bilhões, são capazes de acelerar o progresso técnico através de meios que, de forma alguma, podem comparar-se aos de outros tempos. Os bancos, por exemplo, fundam sociedades especiais de estudos técnicos cujos trabalhos beneficiam, bem entendido, apenas as empresas industriais “amigas”. Entre outras, citemos a “Sociedade para o Estudo das Ferrovias Elétricas”, o “Gabinete Central de Pesquisas Científicas e Técnicas”, etc. (LÊNIN, 1982a, p. 43-44).

O que vimos da abordagem do imperialismo por Lênin até esse momento, bastante restrita em seus aspectos econômicos, nos permite verificar uma característica do método marxista e seu caráter profundamente dialético. O capitalismo concorrencial tinha na concorrência e no livre-mercado uma de suas principais características, mas em si já carregava os elementos básicos que permitiriam a concentração da produção: a formação de cartéis, monopólios que, com a emergência do capital financeiro, encerraram essa fase e iniciaram o capitalismo imperialista. Esse é o devir presente na dialética: o capitalismo

concorrencial, ao mesmo tempo que se afirmava como tal, devido a suas características, carregava dentro de si sua negação, a contradição oriunda de suas próprias características deu origem a síntese do capitalismo imperialista.

Não devemos, contudo, pensar na síntese como mera novidade, negação cabal do momento anterior, mas contendo em si alguns ou muitos elementos do que já foi. Isso significa que o imperialismo carrega em si elementos do antigo capitalismo concorrencial, mas de forma qualitativamente diferenciada. Durante a fase concorrencial, os cartéis e os monopólios já existiam, mas não eram predominantes e definidores do sistema que existiria de tal forma, com ou sem eles, aumentaram quantitativamente até que promoveram uma mudança qualitativa do regime, inaugurando a fase imperialista, onde são predominantes e são os principais definidores do sistema. Processo análogo acontece na concorrência, mas em sentido inverso: antes entendida como um dos elementos mais marcantes do sistema socioeconômico, ela então assume outra qualidade sobo imperialismo, pois existe como concorrência entre monopólios. Pode haver mais ou menos concorrência entre os monopólios, mas sua ausência total ainda não seria suficiente para negar o capitalismo imperialista, seria apenas a vitória de um monopólio sobre os outros.

O que aconteceu foi a transformação de elementos quantitativos em qualitativos. Se por um lado pode parecer estranho falar em livre concorrência em um capitalismo monopolista, como é o imperialismo, ou em capital financeiro no antigo capitalismo concorrencial, ambos os elementos são formadores ou resultados do mesmo processo. Embora em patamares diferentes, cartéis, monopólios, trustes, concorrência, e outros elementos não citados como a propriedade privada dos meios de produção, a extração de mais-valia e a exploração das jornadas de trabalho se transformaram durante todo esse processo quanto à sua forma, mas se mantiveram em conteúdo e, conjuntamente, são o que fazem tanto o concorrencial, quanto o imperialismo fases de um mesmo sistema, o capitalismo.

Já mencionamos que a interpenetração do capital dos bancos e indústrias promovem a fusão do capital bancário com o industrial formando o capital financeiro e fazendo da classe dominante uma oligarquia financeira. A compra de ações é uma excelente forma da oligarquia financeira exercer seu controle sobre praticamente todos os ramos da produção, já dissemos também que os maiores bancos como acionistas de banco médios que são acionistas de banco menores promovem uma cadeia de controle, mas esse processo se encontra presente também nos diversos setores industriais, onde os bancos são acionistas de diversas empresas que detém ações de outras empresas menores e assim sucessivamente. Esta é uma forma efetiva

não apenas para controlar a produção industrial e obter grandes lucros de forma lícita, mas também ilícita.

Cada empresa tem certa liberdade e sigilo nos seus registros financeiros, tais dados não são públicos e nem todos os acionistas têm acesso a eles, a criação de várias filiais ou sociedades filhas constitui uma interessante forma de uma sociedade mãe esconder sua contabilidade. Tal atuação permite que certo montante de capital seja aplicado em negócios mais arriscados do que parecem para os acionistas comuns de uma sociedade mãe que não tem acesso a contabilidade das sociedades filhas, mas tal informação dificilmente escapa dos bancos, caso o negócio dê errado eles estão em melhores condições para retirarem seus investimentos, venderem suas ações antes de uma queda generalizada de forma a minimizarem suas perdas e maximizarem seus lucros aos custos de outros investidores.

Além disso, quaisquer atividades que envolvam desvios legais que porventura venham a ser investigados nas atividades de sociedades filhas podem ser contornados com a retirada de investimentos ou com a alegação de que a sociedade mãe não sabia de tais desvios, repudiando-os e deixando de investir no setor assim que tudo vier à tona, evidente que jamais deixariam de lucrar “sem saber” por quaisquer fontes ilegais. São elementos que ainda estão presentes atualmente: no estouro de um caso de corrupção ou lavagem de dinheiro é mais fácil responsabilizar os gestores das empresas envolvidas, mas não seus acionistas, que são distantes, impessoais à gestão. Estes, então, não podem ser imputados de culpa. Sofrem, contudo, com a queda de valor de suas ações, mas já dissemos como os bancos conseguem minimizar suas perdas nesses casos, garantindo os ganhos da oligarquia financeira.

Nem só de investimento produtivo o imperialismo vive. Tendo os monopólios bancários como uma de suas características é de se esperar que vistosas taxas de juros possam garantir a reprodução do capital financeiro. Aqueles feitos a outros Estados nacionais são especialmente lucrativos: claro que existiria um risco de calote, mas a supremacia militar do país concedente costuma ser suficiente em fazer os devedores cooperarem o máximo possível. Além disso, quando os bancos de um país fornecem um empréstimo a outro, é comum que como contrapartida recebam menores taxas alfandegárias para seus produtos, ou a obrigação de que ao menos parte do dinheiro emprestado seja gasto na contratação de serviços e compra de mercadorias do país concedente, portanto os financiamentos não apenas se demonstram lucrativos por si mesmos, como fornecem um impulso na venda de mercadorias.

Atividades bancárias e concessão de empréstimos são até mais lucrativas que o investimento industrial, sobretudo em período de crises, em que se abre a possibilidade de oferecer empréstimos e comprar ações ou empresas inteiras em dificuldades por um baixo

valor. Tal processo, ao mesmo tempo que é em si uma atividade lucrativa, submete mais empresas e setores ao controle da oligarquia financeira reunida nos bancos. Resumindo o papel da oligarquia financeira, podemos dizer que ela consiste em um grupo reduzido de acionistas, geralmente banqueiros, que controlam direta e indiretamente um capital muito maior do que têm através da posse de porcentagens elevadas de ações de sociedades anônimas e do controle indireto de sociedades mães com sociedades filhas, netas, etc. O domínio monopolista permite ao capital financeiro mesclar o capital bancário e industrial em diversos setores, colocando-os a serviço do lucro da oligarquia financeira.

Verdadeiros sistemas de especulação imobiliária podem derivar do aumento do poder do monopólio, pois os bancos podem comprar terrenos pouco valorizados e, através de seu controle de empresas de transportes, torná-los rotas importante que os valorizem. Para tanto necessitam de influência no governo para que estes determinem ou contratem obras de infraestrutura para tais locais. Quanto maior o poder do monopólio, mais fácil é adentrar no Estado, especialmente através da corrupção, o que é percebido até mesmo por setores da burguesia, como o demonstra Lênin citando trechos da revista alemã *Die Bank*:

O monopólio, logo que tenha se constituído e reúna milhões, penetra forçosamente em todos os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras “contingências”. A literatura econômica alemã tem o hábito de louvar servilmente a integridade dos funcionários prussianos, muito embora não deixe de fazer alusão ao Panamá francês e à corrupção política americana. Verdadeiramente, porém, mesmo as publicações burguesas consagradas aos negócios bancários da Alemanha são obrigadas constantemente a abandonar o domínio das operações puramente bancárias falando, por exemplo, da “atração exercida pelos bancos” sobre funcionários que, “cada vez com mais frequência, passam a servir estes últimos: onde se encontra a integridade dos funcionários do Estado que, no seu foro íntimo, aspiram a um modesto lugar de completo repouso na Behrenstrasse?” (rua de Berlim onde se encontra a sede do “Deutsche Bank”) (LÊNIN, 1982a, p. 56-57).

A posição privilegiada da oligarquia financeira dotada de informação e técnicos que outros investidores não podem ter a permite maximizar lucros e minimizar perdas, consolidando cada vez mais seu domínio na economia nacional. Acumulando tanto capital e obtendo um monopólio ou truste dos bancos ela pode fornecer empréstimos a juros altos e expandir sua atuação para o exterior. Justamente a penetração do domínio da oligarquia financeira em seu Estado e a expansão de seus capitais para o mercado exterior é que resulta em elementos econômicos e políticos que fazem toda a diferença entre o que vislumbra Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e nas suas políticas adotadas depois de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau mais elevado do seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria. O aumento das trocas tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo e característico do capitalismo (LÊNIN, 1982a, p. 60).

Considerando essa proposição, é de se esperar que, em dado momento de seu desenvolvimento, o monopólio e o domínio do capital financeiro atravessem as fronteiras nacionais. O antigo capitalismo de livre concorrência se focava na exportação de mercadorias, a Inglaterra se beneficiou por algum tempo do status de oficina do mundo, suas mercadorias espalhavam-se por diversas regiões do planeta. Na posse de colônias era comum que os Estados soberanos impusessem alguma limitação no desenvolvimento dos meios de produção locais, para não fazerem concorrência, as colônias deveriam ser sobretudo fonte de matérias-primas e mercado consumidor.

Na fase imperialista do capitalismo, quando a oligarquia financeira obtém elevadas taxas de lucro e alcança poder monopolista em âmbito nacional, ela passa a acumular um “excedente” de capital que precisa ser reinvestido para render maiores lucros. Nesse momento ela olha para o exterior, mas não apenas em busca de escoar suas mercadorias e obter matérias-primas, embora estas últimas assumam ainda mais importância nesse momento, mas buscam sobretudo exportar capitais. Portanto na fase imperialista do capitalismo o principal produto de exportação é o capital.

Afinal o que significa exportar capital? Significa investir no exterior, construir infraestrutura, ferrovias, fábricas, produzir em território estrangeiro ou conceder empréstimos e financiamento. Assim diversos países subdesenvolvidos, nos moldes capitalistas, são incluídos na engrenagem capitalista global, uma vez que lá se encontram mercadorias, terras, mão de obra e matérias-primas baratas. Também não deixam de ser um mercado consumidor e possíveis receptores de lucrativos empréstimos. Porém quando um capital financeiro nacional expande sua área de atuação para o exterior ele se encontra diante da concorrência de outros capitais financeiros oriundos de outras nações, o que desencadeia uma divisão e uma luta pela posse dessas novas fronteiras do capitalismo.

Considerando três potências imperialistas no início do século XX, podemos observar diferentes formas de exportação de capitais. Historicamente a Inglaterra foi a primeira nação onde o capitalismo se desenvolveu mais solidamente e naquela altura dispunha do maior império colonial do mundo: essa posição permitia aos ingleses disporem de extensas áreas para investimento produtivo, de forma que muitas ferrovias e companhias foram criadas em suas colônias, protetorados e zonas de influência. Aos poucos isso produzia algumas mudanças na estrutura produtiva da própria Inglaterra. Lênin (1982a) observa que lá muitos

campos antes cultivados para plantações foram desocupados e destinados a prática de esportes da burguesia. Em contrapartida, a alimentação inglesa não sofria maiores problemas, pois era abastecida pela produção vinda de suas colônias. Alguns setores mais simples da indústria começaram a “migrar” para as colônias, dando espaço para o desenvolvimento de setores mais dinâmicos, tecnológicos e de ponta em solo inglês.

A França era também uma das potências mais importantes do período, mas não dispunha de tantas colônias quanto os ingleses e, pela dinâmica de seu desenvolvimento, especializou-se no fornecimento de crédito para outros países. Não se restringia apenas a suas zonas de influência ou colônias: era a principal credora dos Estados europeus. A própria Rússia, aliás, tinha na França sua maior financiadora. Claro que isso trazia contrapartes e benefícios para as mercadorias francesas, da forma como já foi anteriormente mencionado.

A Alemanha já havia despontado como uma grande potência imperialista europeia, principal concorrente da Inglaterra na produção e venda de mercadorias, já tendo superado a produtividade dos ingleses. Porém, devido às suas especificidades nacionais, sobretudo sua unificação tardia, os alemães dispunham de pouquíssimas colônias. A falta de colônias e de exclusividade de mercados em quantidade elevada deu um impulso para que a Alemanha buscasse uma maior competitividade de seus produtos e, com uma industrialização posterior à inglesa, podia “pular etapas” adotando de imediato as tecnologias mais recentes disponíveis, enquanto os ingleses necessitariam fazer uma atualização de sua malha produtiva mediante novas tecnologias. A Alemanha tinha uma atuação equilibrada na exportação de capitais entre empréstimos e investimento produtivo.

Conforme Lenin (1982a), os grupos monopolistas capitalistas, em um primeiro momento, dividem entre si a produção e o mercado nacional obtendo um controle mais ou menos total da economia, após isso procedem a divisão da produção e do mercado internacional. O procedimento dessa divisão é relativamente simples, os grupos mais poderosos levam as maiores fatias, deixando as menores para os que detêm menor poder. Esse poder se refere tanto ao poder econômico, isso é capacidade de produção, qualidade dos produtos, montante de capitais disponíveis, e também político-militar. A associação cada vez maior entre os monopólios nacionais e seus Estados fazem dos Estados nacionais legítimos Estados Imperialistas que agem na geopolítica global na busca de atender os interesses de sua oligarquia financeira na busca de mais colônias, mercados e matérias-primas.

Quando a correlação de forças muda, uma nação supera a outra em produtividade e/ou em capacidade bélica, tal nação pode exigir uma redivisão desses bens globais. Muitas vezes as elites das potências mundiais aceitam um acordo, dividem o mundo: a partilha da África é

extremamente simbólica quanto a isso, mas muitas outras de tais disputas terminam em guerras. Dessa maneira, Lênin empreendeu uma explicação para a Primeira Guerra Mundial, que acontecia enquanto ele redigia o livro. Dos exemplos citados anteriormente, a Alemanha, uma das principais combatentes no conflito, estava em uma posição muito desfavorável no acesso às terras estrangeiras.

Quando o mundo inteiro não estava sob domínio das potências imperialistas era ainda possível uma divisão “pacífica” das terras não exploradas, mas naquele momento, diz Lênin, todo o mundo já estava sob o domínio imperialista de forma que a tendência seria redivisões violentas. A luta pela conquista e manutenção de colônias é muito importante não apenas pelo mercado ou acesso a matérias-primas que se abrem, mas por negar o acesso a elas para os monopólios das potências concorrentes, além disso:

Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias (LÊNIN, 1982a, p. 81-82).

O exposto acima significa que o imperialismo, mais do que compatível, é impulsionador do colonialismo. Por isso, o desenvolvimento do neocolonialismo coincide com a emergência do capitalismo financeiro a partir dos últimos anos do século XIX. Entretanto, a partilha do mundo entre as grandes potências cria uma série de Estados em formas transitórias de dependência:

Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática (LÊNIN, 1982a, p. 84).

Além das colônias propriamente ditas, nações que não tem autonomia nem independência formal, cujos territórios são ocupados e geridos por uma administração no interesse da nação invasora estrangeira, existem as semi-colônias e os países dependentes. As semi-colônias são países que tem um Estado e administração própria, mas estes encontram-se subjugados pela ingerência de uma ou mais potências imperialistas que impõem para si vantagens e o controle de parte do território através de concessões ou protetorados. A China era um exemplo de semi-colônia, pois não chegava a ser uma colônia: como nenhuma potência imperialista havia conseguido se impor sobre as demais no país, dividindo a região

então em áreas e setores de interesses para cada uma delas e mantendo um governo não ligado exclusivamente a uma delas.

Os países dependentes são aqueles que não são colônias, ou seja, não estão sob ocupação e gozam de uma independência e soberania formal, mas são dependentes financeiramente de uma potência. No livro é mencionado o exemplo da Argentina, que tinha tamanha dependência financeira da Inglaterra que, nas palavras de Schulze-Gaevernitz, “poderíamos chamar-lhe de colônia comercial da Inglaterra” (SCHULZE-GAEVERNITZ, 1906, p. 318 *apud* LÊNIN, 1982a, p. 84). A relação de dependência se desenvolve através da penetração do capital da potência estrangeira na economia do país dependente, o qual torna-se devedor e economicamente dependente do capital estrangeiro para o desenvolvimento de sua cadeia produtiva e para ter acesso a mercadorias que não são ali produzidas.

Países independentes, periféricos no capitalismo, muitas vezes necessitam de empréstimos ou mesmo da aplicação produtiva do capital estrangeiro para que possam produzir e consumir determinadas mercadorias. Nesse processo acontece uma associação entre a burguesia local e a burguesia da potência que lá investe, elas tornam-se associadas a nível internacional, e a produção local se desenvolve como uma extensão, um setor da produção global da potência dominante. Consequentemente a nação dominante recebe muitas vantagens diplomáticas e econômicas com a nação dependente. A associação entre países dominantes e dependentes acabam por conformar uma divisão internacional do trabalho, visto que os investimentos estrangeiros são feitos mediante contrapartidas políticas e econômicas que desestimulam o desenvolvimento de setores produtivos que concorram com a produção da potência. A burguesia dependente especializa-se em lucrativos setores subsidiários da produção da burguesia internacional e geralmente não tem razão, nem interesse para investir em setores diferenciados, mais tecnológicos.

O Brasil de hoje consiste em um exemplo desse tipo de relação. A grande burguesia nacional, em termos produtivos, está ligada ao agronegócio e à produção de produtos primários que alimentam a indústria internacional, a qual fornece mercadorias mais processadas que nos são vendidas com maior valor agregado. Se de um ponto de vista “nacional” seria mais interessante buscarmos desenvolver nossa produção industrial para deixar de depender desses setores estrangeiros, o que poderia baratear o preço de diversas mercadorias melhorando o nível de vida geral da população, para a burguesia nacional é mais lucrativo manter o país agroexportador.

Dessa maneira, a despeito do enorme lucro que o agronegócio gera, ele não se reverte em investimentos que promovam um desenvolvimento econômico no país fora do

agronegócio. Isso está alinhado aos interesses da burguesia internacional, que inclusive investe e financia o agronegócio brasileiro, que dessa forma não encontrará no Brasil um concorrente a seus produtos de maior valor agregado.

A reflexão de Lênin a respeito das formas transitórias de dependência sob o imperialismo, para além das colônias e semi-colônias, foi uma grande influenciadora anos mais tarde para a teoria da dependência, em sua vertente marxista, surgida na América Latina nos anos 1950 e 1960. Tanto nos países dependentes quanto nas colônias e semi-colônias, o capital financeiro oriundo de uma potência promove o desenvolvimento dos setores que são de seu interesse, causando um desenvolvimento desigual nessas regiões, com algumas fábricas ou setores crescendo rapidamente e modernizando-se ao nível mais avançado tecnologicamente existente, enquanto outros continuam estagnados, atrasados. Isso acontece porque a produção é controlada de acordo com os interesses da potência imperialista, não visando o desenvolvimento ou bem-estar local, o que é ainda mais grave em casos de colônias que estão sujeitas a uma opressão política direta. Seja por isso ou pela associação com as elites locais nos países dependentes, o imperialismo reforça tendências repressivas e reacionárias, além de impor um limite ao desenvolvimento dos meios e formas de produção dos países não desenvolvidos onde penetra.

O poder monopolista estabelecido pelo capital financeiro de um país central em um periférico do sistema permite uma superexploração dos recursos e da mão de obra local. O monopólio garantido pela dominação política ou econômica faz com que não seja necessário um desenvolvimento dos meios de produção. Os ganhos são garantidos pela posição monopolista, pelo controle de preços e pela imposição de jornadas maiores de trabalho, ou seja, o interesse da potência que ali atue pode ser garantido através da intensificação da exploração de mais-valia absoluta.

Além disso, Lênin destaca o fato de que o monopólio gera uma tendência para a estagnação e a decomposição. Na falta de concorrência, ele não tem impulso para avançar os métodos produtivos, mas o monopólio no imperialismo não eliminou totalmente a concorrência, ainda existe a concorrência entre monopólios, então ainda existe um impulso para o desenvolvimento dos meios de produção e na fase imperialista o capitalismo desenvolveu-se ainda mais que antes, afinal de contas os monopólios conseguiram acumular muito capital que tornaram progressos antes inimagináveis possíveis.

Ainda assim, o monopólio tende à estagnação, pois ele só promove tais avanços quando se torna impossível evitá-los, ou seja, ele entrava um desenvolvimento que já era possível em um dado momento, realizando-o apenas num futuro. Lênin levanta um exemplo

didático: “na América, um certo Owens inventa uma máquina que deve revolucionar o fabrico de garrafas. O cartel alemão dos fabricantes de garrafas apodera-se das patentes de Owens e guarda-as em suas gavetas, retardando a sua utilização” (LÊNIN, 1982a, p. 98).

A tendência a estagnação estará sempre presente no imperialismo. Ainda que não impeça, ele retarda possíveis progressos que só são usados quando é conveniente aos grupos monopolistas. Pelas relações estabelecidas, controle pelas potências estrangeiras e até mesmo relações de exclusividades com uma delas, não é de se surpreender que essa tendência é especialmente forte nos países dependentes e, acima de tudo, nas semi-colônias e colônias. Por outro lado, a superexploração nas colônias, semi-colônias e países dependentes permite amenizar as contradições internas do capitalismo da potência que as detém. Isso permite um amortecimento da luta de classes, tornando o regime mais tolerável e menos passivo de crítica por parte de seu próprio proletariado. A dominação sobre outros povos e territórios é a forma que o capitalismo em sua fase imperialista encontrou de resolver suas contradições, conforme atesta o seguinte trecho atribuído a Cecil Rhodes:

Ontem estive em East-End (bairro operário de Londres) e assisti a uma reunião de desempregados. Ouvi discursos inflamados. Tudo se resumia num grito: “Pão! Pão!”. Ao reentrar em casa e revivendo toda a cena senti-me, mais do que dantes, convencido da importância do imperialismo... A idéia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber: “nós, os colonizadores, devemos, para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a fim de aí instalarmos o excedente da nossa população, de aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. Se quereis evitar a guerra civil é necessário que vos torneis imperialistas” (LÊNIN, 1982a, p. 78).

Ou ainda esse trecho de um autor francês:

As crescentes dificuldades da vida que pesam não só sobre as multidões operárias, como também sobre as classes médias, fazem acumular, em todos os países da velha civilização, impaciências, rancores, ódios, ameaçadores para a paz pública; energias que importa canalizar, desviando-as do seu meio social, empregando-as em qualquer grande obra no exterior se quisermos impedir que expludam no interior (WAHL, 1905, p. 165 *apud* LÊNIN, 1982a, p. 84).

Essa “preocupação social” do imperialismo, para além de demonstrar enorme desprezo e projeto explorador para com os povos fora da Europa, cobre de razão Hilferding quando diz que “o capital financeiro quer, não a liberdade, mas o domínio” (LÊNIN, 1982a, p. 83). O imperialismo também concentra uma acumulação de capital-dinheiro em um pequeno número de países, onde se desenvolve uma camada de rentistas. Alheios à produção, os rentistas lucram com a renda de cupões e títulos, vivem da especulação; considerando que a exportação

de capitais é uma das principais características do imperialismo, abre-se uma tendência para confluência de interesses entre os rentistas e um Estado imperialista que na medida que conquista mais colônias, abre mais mercados para os rentistas. Conforme Lênin demonstra a partir de Hobson, esse tipo de rendimento acaba sendo mais elevado do que o investimento produtivo, em 1899 o rendimento do comércio externo e colonial inglês foi de 18 milhões de libras, enquanto o rendimento do capital colocado ficou entre 90 e 100 milhões de libras.

Um Estado imperialista procura obter os maiores ganhos possíveis e os setores de sua classe dominante que mais lucram buscam sempre interceder perante o Estado para adequar a seus interesses políticas e ações que ele tome. Os métodos são desde corrupção, financiamento de partidos e candidatos, até lobby, são diversas as formas que a burguesia facilmente comanda seu Estado. Estão estruturadas, assim, as condições para o surgimento de um Estado-rentista, países que se concentram em emprestar dinheiro, sobretudo para países dependentes e aliados, e receber um valor maior depois, já citamos a França como um exemplo desse tipo de imperialismo, o que destacamos agora é que essa é uma tendência que se fortalece conforme mais se acumule capital-dinheiro nos Estados imperialistas. A predominância maior desse tipo de rendimento reforça a tendência de estagnação e o parasitismo da fase imperialista do capitalismo.

A implicação política imediata que podemos tirar de tudo isso é, um pequeno número de Estados imperialistas tende cada vez mais a submeter países a dominação ou dependência, subjugar suas economias e forças produtivas para atenderem interesses externos, para tanto associam-se com as elites locais que tornam-se economicamente subalternas a burguesia internacional. Assim o imperialismo preserva e estimula todo tipo de opressão política interna e dadas suas tendências, atrasa o desenvolvimento econômico e submetem a superexploração os povos dos países ocupados e dependentes. Portanto na fase imperialista o capitalismo cumpre tanto economicamente, quanto politicamente um papel reacionário e opressor, não trazendo nada de bom as classes dominadas de onde adentra.

4.2 As mudanças que o imperialismo gerou na análise sobre Rússia

Essencialmente a análise feita em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* continuou válida após a publicação de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, especialmente na referência teórica a Marx e nas tendências observadas sobre como o capitalismo já estava presente na Rússia e poderia se afirmar ainda mais. A diferença entre uma abordagem e outra está no caráter parcialmente progressista que o capitalismo poderia ter

em países com uma economia menos desenvolvida, o qual não está mais presente na segunda obra.

Na primeira obra, Lênin analisa a entrada do capitalismo na Rússia sob a perspectiva do antigo capitalismo concorrencial, nesse sentido a entrada de capital estrangeiro é visto como mais um concorrente que adentra o mercado russo ajudando a quebrar os monopólios artificiais que existiam em diversas regiões do Império, devido ao isolamento a que estavam submetidos, e as relações de dominação que geravam. Essa análise faz sentido se considerarmos que quando foi feita muitos elementos do imperialismo não estavam claros para o autor, enquanto em 1916, quando começou a redação da segunda obra, a Primeira Guerra Mundial fazia saltar aos olhos a realidade imperialista.

Podemos acrescentar ainda que o imperialismo, embora seja caracterizado pelo monopólio, não destrói a concorrência, mas a readéqua em outro patamar (concorrência de monopólios), assim que é verdadeiro que a introdução do capital estrangeiro na Rússia criava uma concorrência com os monopólios artificiais e pressionava as formas servis remanescentes no país. O monopólio imperialista adentrando em novo país concorre com os agentes econômicos que ali atuam e, dada sua melhor condição, os superam, retirando-os do mercado ou os submetendo ao seu controle. O que era difícil de se perceber naquele momento é que se o desenvolvimento do capitalismo na Rússia por um lado pressionava formas de opressão e limites produtivos antigos, os substituiria por formas de opressão e limites produtivos novos, sendo que “novos” nesse caso significa a interpenetração de ambos os modelos de exploração, ou seja, não há elemento progressista no desenvolvimento capitalista.

Na Rússia o capitalismo não era o mesmo que na Inglaterra ou na França, e dada as características específicas daquele país, que parecia apresentar elementos de transição entre o antigo regime econômico e o capitalismo, os traços próprios do imperialismo tornavam-se mais difíceis de se perceber, embora estivessem presentes. Quando em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* Lênin amplia seu recorte, antes restrito a Rússia, consegue perceber com clareza os elementos típicos do imperialismo, inclusive na Rússia, a qual menciona algumas vezes no livro; é claro que não devemos descartar que existe mais de uma década entre um livro e outro, portanto houve tempo suficiente para que elementos imperialistas surgissem ou ficassem mais claros, ainda assim não nos parece que torna irrelevante essa mudança de recorte.

Dentre os elementos associados ao imperialismo que já existiam na Rússia quando da publicação de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, estão:

- A concorrência entre monopólios imperialistas, tanto França como Inglaterra estavam presentes na Rússia, a primeira sobretudo via empréstimos, a segunda investidora de empresas de mineração, carvão e petróleo.
- O desenvolvimento desigual dos meios da produção e das regiões, com o rápido e bastante avançado desenvolvimento das indústrias extratoras de matérias-primas como carvão mineral, petróleo e outras, junto ao desenvolvimento dos principais centros urbanos com a chegada de bancos estrangeiros e avanço cada vez maior das ferrovias ligando tais regiões, enquanto muitos rincões desenvolviam-se de forma lenta, com antigos camponeses tornando-se uma burguesia ainda restrita ao meio rural e existindo junto a manufaturas e outras formas menos desenvolvidas de produção para o mercado.
- Um terceiro fator que, se não estivesse já consolidado, começava a se constituir era a formação de uma burguesia nacional dependente, vinculada aos interesses de setores da burguesia internacional, o que inclusive é uma das críticas que se faz a insuficiência da burguesia russa em promover uma democratização efetiva do regime ou retirar-se da guerra após a saída do czar do poder, nos eventos que marcaram as primeiras fases da Revolução Russa de 1917.

Mencionamos no capítulo 2 que a proeminência do capital comercial na Rússia constituía-se em um empecilho para o desenvolvimento do capital industrial, o qual é aquele que de fato promove desenvolvimento produtivo. Essa observação é derivada da análise de Marx, que observa que, embora o capital industrial dependa do capital comercial e do usurário (aquele destinado a empréstimos) para se constituir e se desenvolver, a importância relativa destes dois últimos no decorrer do tempo constitui um entrave para o desenvolvimento do capital industrial, conseqüentemente para o avanço dos meios de produção e, estende Lênin, para o desenvolvimento do regime capitalista na Rússia.

No imperialismo, o surgimento do capital financeiro, através da fusão do capital bancário com o capital industrial, supera o conflito entre os capitais industrial, usurário e comercial isoladamente, pois todos acabam englobados e colocados sob o comando do capital financeiro, de forma que aquele entrave observado em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* deixou de existir e o capitalismo pôde continuar seu desenvolvimento pleno no país, embora, em sua fase imperialista, ele implique uma tendência a estagnação, impondo certos limites ao desenvolvimento produtivo e a melhora de condições de vida dos trabalhadores. Por outro lado, o conflito retornou dentro do imperialismo sob nova forma, com os altos

lucros que as potências imperialistas podiam obter com os empréstimos, sobretudo a outras nações, e o surgimento de uma casta de rentistas que geram o Estado-rentista. O rentismo é a usura reformulada aos moldes imperialistas.

Esse caso nos fornece mais um exemplo da transformação dialética da realidade sob o capitalismo, onde o conflito entre os diferentes tipos de capitais não simplesmente desapareceu, mas foram reordenados em outro patamar, a superação não significa apenas destruição. A premissa de Marx mobilizada por Lênin em sua primeira análise continua verdadeira e se expressa na tendência do imperialismo para estagnação e decomposição, enquanto que foi superada pelo capital financeiro no aspecto de que isso poderia ser um entrave para o desenvolvimento capitalista.

Por fim, mas não menos importante, entre a produção de uma obra e outra, o autor se manteve estudando e atuando politicamente, o que contribuiu para um progresso em seu domínio teórico e metodológico que o permitiu observar mais claramente elementos que, porventura, não estivessem claros ou não poderiam ser suficientemente desenvolvidos em sua primeira análise. No plano teórico duas contribuições parecem ter se destacado, a primeira foi em meados de 1914 quando Lênin se dedicou a profundo estudo de obras de Hegel. Seu objetivo era uma melhor compreensão da dialética através da fonte que serviu de base para Marx, ainda que para tanto tivesse que descartar o viés idealista da dialética hegeliana. A segunda contribuição é o estudo de obras a respeito do capital financeiro e outros fenômenos do imperialismo, como *O imperialismo*, de Hobson, e acima de tudo *O capital financeiro* de Hilferding. Essa última obra parece ter tido particular influência em Lênin, visto que ela é mencionada com certa frequência no decorrer de seu livro e segundo ele “constitui uma análise teórica, eminentemente preciosa, da mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, 1982a, p. 15).

Portanto, podemos resumir as causas que justificam diferenças entre um livro e outro em três elementos principais: as mudanças na realidade social, ou nas condições materiais, com o desenvolvimento dos elementos imperialistas ficando mais atuantes e evidentes até chegar a Primeira Guerra Mundial; um novo recorte, diferente do primeiro focado na Rússia, o novo recorte é mais abrangente permitindo uma percepção mais geral do sistema; e um aprimoramento teórico do próprio autor que permitiu captar e desenvolver de forma mais profunda os elementos da realidade posta.

Importante lembrar que muitas das diferenças observadas entre as obras se devem mais às transformações do próprio capitalismo e sua percepção por Lênin, o que, dentro da integração entre teoria e prática, resulta em posições políticas diferentes, do que ao abandono

ou rompimento brusco do autor consigo mesmo. O caráter relativamente progressivo do capitalismo, observado em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, estava ligado ao aumento das forças produtivas, caráter perdido sob a égide imperialista com sua tendência à estagnação e decomposição junto ao seu fortalecimento da dominação e opressão.

Caso o capitalismo ainda oferecesse aquele caráter progressista, seu maior desenvolvimento seria, até certo ponto, positivo para a população e a classe operária russa, mas entre 1916 e 1917 ele apenas representava o fortalecimento e manutenção das opressões e da superexploração, do que resulta que a revolução estava posta na ordem do dia não apenas pelo ressurgimento dos soviets e dos movimentos de massa estimulados pelas dificuldades intensificadas pela guerra, mas pela falta de alternativas concretas, transitórias ou conciliadoras para uma melhora objetiva no aumento das forças produtivas e na condição de vida dos trabalhadores. Disso resulta a radicalização dos bolcheviques e seus avanços mesmo contra o governo provisório após a Revolução de Fevereiro, também fornece as bases para a fundação da 3ª Internacional e a perspectiva de que se abria um período revolucionário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do conhecimento dos elementos fundamentais do método marxista de análise da realidade, a saber, o materialismo histórico-dialético, podemos compreender as duas obras analisadas de Lênin como frutos de reflexões teóricas derivadas, cada uma delas, de uma respectiva realidade concreta, com contextos distintos e que, portanto, resultaram em análises distintas ainda que produzidas pelo mesmo autor.

As transformações na realidade material e a produção intelectual dos períodos anteriores e contemporâneos aos momentos analisados puderam se constituir como fontes passando pelo prisma da dialética marxista, e coerente a integração entre teoria e prática dessa corrente resultar em elaborações teóricas que pudessem balizar uma ação política. Após a publicação de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lênin desenvolveu ainda outras obras de carácter teórico político mais práticas e que serviram de base, inclusive propagandística, para a atuação dos bolcheviques diante da vanguarda em luta nos processos da Revolução Russa, como a obra *O Estado e a revolução*, cuja formulação segue premissas de tese do imperialismo de Lênin.

Diante do exposto, concluímos que a redução da obra de Lênin a uma produção meramente pragmática, voltada à justificação de ações políticas, é derivada de uma incompreensão do método marxista e sua integração dialética entre a teoria e a prática, o que resulta de um conhecimento insuficiente tanto da teoria de Marx quanto de Lênin, geralmente reduzido a ator político. Uma compreensão mais apurada do método marxista e as relações dialéticas que ele supõe, a noção de práxis pode proporcionar um entendimento mais adequado da atuação de Lênin e dos processos históricos nos quais esteve envolvido. Assim torna-se possível, como buscamos fazer neste trabalho, identificar os elementos da realidade social, tanto nos aspectos das transformações produtivas e materiais quanto na absorção de ideias e construções teóricas, como fonte de algumas diferenças de posições por parte do autor entre a produção de uma e outra obra. Reconhece-se que de uma determinada realidade material deriva-se uma construção teórica que só então pode ter função política.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ATAS DO SEGUNDO CONGRESSO DO PARTIDO OPERÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA DA RÚSSIA (POSDR) DE 1903. São Paulo: Editora Marxista, 2014.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1982a.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- NAKAMURA, Danilo Chaves. A recepção das ideias de Marx e Engels na Rússia. **O Olho da História**, São Paulo, n. 26, mar. 2018.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SILVA, Ligia Maria Osorio da. Lênin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 35, p. 111-203, 2012.
- ZEMSTVO. **Dicionário Político – Marxist Internet Archive**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/z/zemstvo.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.